



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
CAMPUS CLÓVIS MOURA  
COORDENAÇÃO DE LETRAS PORTUGUÊS



RAFAELA KELLY VIEIRA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS CONTOS “METANOIA”  
E “MERITOCRACIA” DE ELISA PEREIRA**

TERESINA-PI  
2025

RAFAELA KELLY VIEIRA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS CONTOS “METANOIA”  
E “MERITOCRACIA” DE ELISA PEREIRA**

Monografia apresentada ao curso de Letras  
Português da Universidade Estadual do Piauí-  
Campus Clóvis Moura, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Licenciado em Letras  
Português.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Pereira de  
Sousa.

TERESINA-PI  
2025

S586r Silva, Rafaela Kelly Vieira da.

A representação da violência de gênero nos contos "Metanoia" e "Meritocracia" de Elisa Pereira / Rafaela Kelly Vieira da Silva.  
- 2025.  
59f.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí ,  
Licenciatura Plena em Letras/Português, Campus Clóvis Moura,  
Teresina-PI, 2025.

"Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosangela Pereira de Sousa".

1. Representação da mulher. 2. Estudos de gênero. 3. Violência  
de gênero. I. Sousa, Rosangela Pereira de . II. Título.

CDD 469

RAFAELA KELLY VIEIRA DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS CONTOS “METANOIA”  
E “MERITOCRACIA” DE ELISA PEREIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Letras  
Português da Universidade Estadual do Piauí –  
Campus Clóvis Moura, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Licenciado em Letras  
Português.

Aprovada em: 16/01/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosângela Pereira de Sousa – UESPI  
Presidente/Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Wilma Avelino de Carvalho – UESPI  
Examinadora Interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Edlene Mauriz Lima – UESPI  
Examinadora Externa

Ao meu pai, José Vieira de Sousa Neto, *in  
memoriam.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho e da minha graduação.

Agradeço, ainda, ao apoio imprescindível dos meus familiares, em especial ao meu irmão, Raffael Kelson; minha irmã, Victoria Cristina; à minha avó, Raimunda de Sousa; às minhas tias; e aos meus primos.

Agradeço também aos professores do curso de Letras Português do *Campus* Torquato Neto, na qual cursei metade do curso, particularmente, à Professora Dr. Assunção de Maria Sousa e Silva, que sempre me incentivou.

Aos colegas do respectivo *campus*, Anna Casimiro e Rômulo Fontes, por me apoiar no início de uma jornada em que os finais foram inevitáveis, mas que as transformações foram profundas.

Estendo o agradecimento também aos professores do curso de Letras Português do *Campus* Clóvis Moura, sobretudo, à professora Wilma Avelino de Carvalho, pois suas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. À professora Rosangela Pereira de Sousa, pela paciência no decorrer da orientação deste trabalho.

À amizade incondicional formada com os colegas de curso do *campus* Clóvis Moura, especialmente a Milene Carvalho, Pedro Lucas e Franciele Visgueira, pois sem suas risadas e conversas não teria sido possível finalizar este ciclo.

Por fim, agradeço também à minha mãe e sua resiliência em relação à vida.

*“Faz da tua  
Estrada, caminho de  
luz e  
ilumine.*

*Zelee pelo  
amor que traz no peito e  
não haverá nada  
impossível.*

*Viva com  
Esperança de  
realizar seu melhor.*

*Ame e  
reparta seus talentos,  
inspire outros, e  
os frutos virão”*

*(Elisa Pereira).*

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar a representação da violência de gênero e as reações das personagens femininas, frente às violências perpetradas, nos contos “Metanoia” e “Meritocracia”, presentes no livro *Sem fantasia* (2020), da escritora afrodescendente Elisa Pereira. A análise foi empreendida em razão de uma participação prévia como colaboradora do Projeto de Extensão *A Lei Maria da Penha nas Escolas: desconstruindo a violência construindo diálogos*, realizado no ano de 2015, pelo Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência contra a Mulher (NUPEVID), do Ministério Público do Estado do Piauí (MP/PI). Quanto à metodologia, a pesquisa se qualifica como exploratória e bibliográfica, de natureza qualitativa. Foram utilizados como base os estudos de gênero, da crítica literária feminista e de leis que tipificam as violências perpetradas contra as mulheres no país. Sendo assim, sua fundamentação teórica baseia-se em Scott (1995), Minayo e Souza (1998), Ginzburg (2012), Bourdieu (2012), González (2020) e Saffioti (1987; 2001; 2015), dentre outros autores que contribuíram consideravelmente para o estudo e compreensão da temática. Foi verificado na pesquisa que a representação da violência de gênero, no *corpus* selecionado, evidencia algumas particularidades que envolvem esse tipo de violência, como as questões acerca da rotinização, autculpabilização, medo, papel social da mulher, objetificação, patriarcalismo e a interseção com outros sistemas de opressão e dominação. Além de apontar o caráter epidêmico desse fenômeno social, relacionado à multiplicidade de espaços sociais em que ocorre, e também aos vários tipos de mulheres que são afetadas. Em relação às reações das personagens diante da violência e dos traumas vividos, Suelen demonstra coragem ao escapar de um relacionamento abusivo, enquanto Daiane revela determinação ao seguir em frente com resiliência, manifestando sua resistência por meio da busca por educação e oportunidades de trabalho.

**Palavras-chave:** Representação da mulher; Estudos de gênero; Crítica literária feminista; Violência de gênero; Elisa Pereira.



## ABSTRACT

This research aims to analyze the representation of gender-based violence and the reactions of female characters to the violence perpetrated against them in the short stories “Metanoia” and “Meritocracia”, both included in the book *Sem fantasia* (2020) by Afro-descendant writer Elisa Pereira. The analysis was conducted due to prior participation as a collaborator in the Extension Project *A Lei Maria da Penha nas Escolas: desconstruindo a violência, construindo diálogos*, carried out in 2015 by the Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência contra a Mulher (NUPEVID) of the Public Prosecutor's Office of the State of Piauí (MP/PI). Regarding methodology, the research is classified as exploratory and bibliographic, with a qualitative approach. It is based on gender studies, feminist literary criticism, and legal frameworks that define violence against women in Brazil. Thus, its theoretical foundation draws on the works of Scott (1995), Minayo and Souza (1998), Ginzburg (2012), Bourdieu (2012), González (2020), and Saffioti (1987; 2001; 2015), among other scholars who have significantly contributed to the study and understanding of this theme. The research findings indicate that the representation of gender-based violence in the selected corpus highlights specific aspects of this form of violence, such as routinization, self-blame, fear, women's social roles, objectification, patriarchy, and its intersection with other systems of oppression and domination. Additionally, the study underscores the epidemic nature of this social phenomenon, emphasizing its occurrence across multiple social spaces and its impact on diverse groups of women. Regarding the characters' responses to violence and the trauma they experience, Suelen demonstrates courage by escaping an abusive relationship, while Daiane exhibits determination by moving forward with resilience, asserting her resistance through the pursuit of education and employment opportunities.

**Keywords:** Women's representation; Gender studies; Feminist literary criticism; Gender-based violence; Elisa Pereira.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 CONCEITUANDO VIOLÊNCIA: DA VIOLÊNCIA FÍSICA À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Violência: um conceito multifacetado .....</b>	<b>13</b>
1.1.1 A violência de gênero.....	18
<b>2 VOZES QUE DESAFIAM: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM CONTOS CONTEMPORÂNEOS SOB A PERSPECTIVA FEMININA.....</b>	<b>26</b>
2.1 A crítica literária feminista e a autoria feminina .....	26
2.2 Entre o silêncio e o grito: a violência de gênero em contos contemporâneos .....	28
<b>3 AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS PERSONAGENS SUELEN E DAIANE .....</b>	<b>35</b>
3.1 Metanoia: um retrato da violência doméstica e familiar contra a mulher ..	35
3.2 Meritocracia: a violência de gênero e o corpo feminino negro .....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um fenômeno social que tem consequências que reverberam em toda a sociedade. Para a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>1</sup>, ela constitui-se como uma grave violação dos direitos humanos que dificulta o crescimento de vários países pelo mundo. Isso pode ser certificado quando os países de maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são também os que possuem maior Igualdade de Gênero, logo, menos casos de violência em relação ao gênero. Em outras palavras, as consequências desse tipo de violência perpassam por vários âmbitos da sociedade, o econômico, o de saúde, o social. Ou seja, os danos causados pela violência contra as mulheres são amplos.

Ademais, a violência de gênero é também um fenômeno histórico, haja vista que tem raízes nas sociedades de caça e de coleta. Estima-se que, em algum momento no passado, houve uma divisão do trabalho baseada no sexo, na qual o homem ficou responsável pela caça e a mulher pela coleta. A partir dessa divisão, todo um sistema de crenças acerca do sexo/gênero foi criado, o que reverbera até os dias de hoje.

A violência contra as mulheres é fruto direto dessas dicotomias sociais entre os gêneros, ao passo que, ao serem relegadas a espaços de subalternidade, as mulheres são colocadas em situações vulneráveis e suscetíveis a vários tipos de violência, algo que, na maior parte dos casos, acontece em âmbito doméstico e familiar.

Com o início da modernização das sociedades e o avanço do movimento feminista, começaram a ser levantados questionamentos acerca dos papéis sociais de gênero que compõem nossas sociedades. Assim, a argumentação de que essas diferenças eram naturais são questionadas na medida em que surgem estudos na antropologia que passam a demonstrar que existem sociedades que atribuem condutas sociais diferentes aos sexos. Com isso, as desigualdades entre os gêneros passam a ser vistas, baseadas mais em “arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (Louro, 1997, p. 22) do que somente no aspecto biológico.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101103\\_idhmulheres\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101103_idhmulheres_pai). Acesso em: 23 out. 2024.

Portanto, o sistema social e cultural criado a partir dessas diferenciações, denominado de patriarcado, é o responsável por gerar a violência de gênero. Indagamos então como a literatura pode auxiliar, na perspectiva de Antonio Candido (2011), na humanização e na conscientização da sociedade acerca da problemática da violência contra as mulheres. Sendo assim, o problema que motivou essa pesquisa é o de saber: Como a violência de gênero é representada na literatura brasileira contemporânea? Essa pergunta, em partes, foi respondida através da análise de dois contos denominados de “Metanoia” e “Meritocracia”, da autora Elisa Pereira.

Elisa Pereira é uma autora afrodescendente, nascida em Belo Horizonte, no ano de 1975. Atualmente, vive em Paraty, Rio de Janeiro. É educadora, gestora ambiental e poetisa, é autora de dois livros de poesias: *Memórias da Pele*, de 2018, *Miolo*, de 2022, e o livro de contos *Sem Fantasia*, de 2020. Além disso, é pós-graduanda em Literatura Brasileira de Autoria Feminina (UCAM), ganhadora do 2º lugar do Prêmio Nacional de Literatura Poesias Carlos Drummond de Andrade/SESC-DF (2016), e foi também finalista no V Certame Literário – Poemas para La Mujer – Conocimiento e Innovación Intercultural A. C. “Armando Hart Dávalos”, no México.

Em sua obra de contos, denominada *Sem Fantasia*, a autora emula a realidade da periferia brasileira, principalmente a negra e pobre. Nos 22 contos presentes no livro, a autora retrata temas como a violência contra a mulher, a violência policial, a perda, a improdutividade, a banalização e naturalização de crimes. Nos dois contos selecionados para esta pesquisa, “Metanoia” e “Meritocracia”, somos apresentados a duas personagens que sofrem violência de gênero. Respectivamente, temos a personagem Suelen, que vive em situação de violência doméstica e familiar, e a adolescente Daiane, uma estudante negra, que se vê defronte a várias violências, até se tornar uma jovem-adulta, quando passa a enfrentar a realidade do mercado de trabalho.

Em vista disso, este trabalho analisou como se dão as representações da violência de gênero e as ações das personagens femininas diante da violência praticada, nos contos “Metanoia” e “Meritocracia”, de Elisa Pereira. Para isso, identificamos os tipos de violência, aos quais foram submetidas as personagens femininas protagonistas presentes nos dois contos; também descrevemos as representações da violência de gênero e como as personagens lidam com a violência praticada; e, por último, comparamos as abordagens de representações acerca da violência de gênero nas duas narrativas.

A motivação em trabalharmos com essa temática se deu pela experiência como colaboradora do Projeto de Extensão *A Lei Maria da Penha nas Escolas: desconstruindo a violência construindo diálogos*, realizado no ano de 2015, pelo Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência contra a Mulher (NUPEVID), do Ministério Público do Estado do Piauí (MP/PI), em parceria com a Secretaria Estadual da Educação do Estado (SEDUC), por meio da Coordenação de Inclusão e Diversidade. O projeto visava conscientizar tanto os gestores como os alunos acerca do tema da violência contra a mulher, através da publicização da lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, a qual decreta a realização de medidas integradas e preventivas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Quanto ao nosso aporte teórico, buscamos as respostas para nossas indagações na crítica literária feminista, em leis de proteção a mulher, como a Lei Maria da Penha, e nos estudos de gênero, pois esse último tem como pressuposto a categoria de gênero, que lida diretamente com as relações de poder assimétricas entre os homens e as mulheres. Entre os autores e autoras utilizados no trabalho, destacam-se Minayo e Souza (1998), Ginzburg (2012), Bourdieu (2012), González (2020) e Saffioti (1987; 2001; 2015), entre outros.

Esta pesquisa está situada no campo da Linguística, Letras e Artes, com área de concentração nos estudos de Literatura e Gênero, enfatizando a violência de gênero na literatura brasileira contemporânea. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo é estabelecer maior familiaridade com o objeto de estudo, buscando torná-lo mais compreensível.

No que diz respeito à abordagem, a pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que se concentra em níveis de realidade que não podem ser quantificados, priorizando comparações, interpretações e descrições. Além disso, classifica-se como bibliográfica, pois fundamenta-se em livros, artigos e revistas científicas relacionados ao tema da violência de gênero.

Por fim, os instrumentos metodológicos utilizados incluem fichamentos e resenhas, que serviram como base para o levantamento de aspectos relevantes às análises realizadas. É importante destacar que esse trabalho foi constituído através de leitura analítica e crítica tanto dos textos presentes na fundamentação teórica, como os usados durante a análise das duas narrativas. Quanto ao objetivo, configura-

se como descritiva, em virtude do objetivo geral ser o de analisar a representação da violência de gênero nos contos “Metanoia” e “Meritocracia”, da autora Elisa Pereira.

No que diz respeito aos estudos já realizados nessa área, é possível destacar alguns achados importantes, como o trabalho *A representação da violência contra a mulher nos contos A língua do p, de Clarice Lispector, e Venha ver o pôr do sol, de Lygia Fagundes Telles*, de Maria Fabíola da Silva. Outro exemplo relevante é a pesquisa *Mulheres Marcadas: A ficcionalização da violência contra a mulher na literatura brasileira*, de Stefani Andersson Klumb, bem como o estudo *Violência contra a Mulher Negra: Uma leitura de Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Cristiane Rodrigues Antunes da Silva.

Em relação à organização do presente trabalho, o dividimos em cinco partes, sendo que três dessas partes são os capítulos da monografia. A primeira parte constitui-se nesta introdução, na qual apresentamos o tema e seu contexto, objetivos, a justificativa e os procedimentos metodológicos. A segunda parte representa o primeiro capítulo do trabalho, o qual é denominado de *Conceituando Violência: da violência física a violência de gênero*, em que são apresentados e debatido alguns conceitos de violência advindos de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, além de que fechamos o capítulo com o tópico *A violência de gênero*, no qual focamos em abordar o conceito de gênero adotado neste trabalho e as implicações desse tipo de violência.

No segundo capítulo, intitulado *Vozes que desafiam: a violência de gênero em contos contemporâneos sob a perspectiva feminina* versamos acerca dos instrumentos analíticos presentes na crítica literária feminista e também o aspecto da autoria feminina. O capítulo foi com um tópico abordando a relação do conto contemporâneo e o tema da violência de gênero.

No terceiro capítulo, intitulado de *As violências sofridas pelas personagens Suelen e Daiane*, apresentamos as análises realizadas acerca das representações da violência de gênero imputadas às duas personagens dos contos. Além disso, discutimos as reações das personagens diante das violências sofridas e encerramos o capítulo com uma breve comparação entre os dois contos no que se refere à abordagem da violência de gênero. Na última parte, apresentamos as considerações finais, nas quais realizamos o encerramento da pesquisa.

## 1 CONCEITUANDO VIOLÊNCIA: DA VIOLÊNCIA FÍSICA À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A presente fundamentação teórica está subdividida em três subseções: a primeira aborda conceitos de violência advindas de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, discorreremos especificamente sobre a violência de gênero. Já na segunda parte, trazemos um panorama geral sobre a crítica literária feminista e a autoria feminina, e a relação do conto contemporâneo e a violência gênero.

### 1.1 Violência: um conceito multifacetado

Historicamente, a violência sempre fez parte das sociedades, e quando falamos dela, sempre nos remetemos a um dano físico e aos traumas que um episódio violento pode causar a uma pessoa, ou a um país. Por exemplo, nos casos de violência urbana, do holocausto e de ditaduras. Além de ser empregada por motivos pessoais, a violência pode ser sistematizada pelo Estado e ser usada como dispositivo de coerção e repressão dos indivíduos, seja direcionada àqueles que realizaram algum ato violento, ou não.

Segundo Heleieth Saffioti, no livro *Gênero, Patriarcado, Violência* (2015), o conceito de violência mais aceito e difundido é compreendido como a “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (Saffioti, 2015, p. 18). No entanto, para a autora, esse conceito apresenta limitações, pois atribui uma dimensão individual à conceituação da violência. Isso acontece porque em certas situações, cabe à própria vítima determinar se o ato de violência infringiu ou não sua integridade. Por essa razão, Saffioti (2015) prefere trabalhar com o conceito de direitos humanos, definindo violência, então, como tudo que é capaz de violá-lo.

O filósofo francês Yves Michaud (1989), no livro *A violência*, a partir de sentidos retirados de dicionários, afirma que o termo apresenta duas concepções gerais: a primeira está ligada a uma ação premeditada, racional; e a segunda a algo inconsciente inato à natureza humana, ligado às emoções. Por isso, Michaud vai dizer que existe violência quando:

[...] numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em

graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (Michaud, 1989, p. 13).

Diante dessa citação, podemos destacar a dificuldade e a complexidade de conceituar o termo violência, já que sua definição pode ser influenciada por diversos fatores. Entre eles, aspectos relacionados ao momento histórico, aos atores sociais envolvidos, às questões de gênero, idade, além de fatores econômicos, políticos e sociais. Em outras palavras, essas concepções estão, de modo geral, condicionadas pelas regras, valores e perspectivas de cada indivíduo, sociedade e contexto histórico.

Por isso, para Michaud (1989), é necessário reconhecer que não há um discurso único acerca da violência, visto que cada comunidade a interpreta e a enfrenta conforme suas próprias realidades, critérios e desafios. Seguindo essa perspectiva, nenhuma definição consegue abarcar a multiplicidade e a heterogeneidade que a violência possui, o que os estudiosos conseguem é lançar luz em determinadas formas, aspectos e características desse fenômeno.

Observando o contexto brasileiro, a filósofa Marilena Chauí, no seu livro intitulado *Sobre a violência* (2019), afirma que a violência está presente na estrutura que alicerça nossa sociedade. E que, além do aspecto físico, a violência também possui características sociais e culturais. Para a autora, a violência possui três dimensões: a física, a psíquica e a simbólica, bem como pode ser dividida em cinco aspectos:

[...] 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. Todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror (Chauí, 2019, p. 35-36).

Essa citação ilustra que a violência está frequentemente associada à uma violação do bem estar do outro. Constantemente, as definições de violência são materializadas a partir da esfera do direito, com a promulgação de leis, atos e decretos. Por conseguinte, essas leis são concebidas através de pressão social e de interesses de determinados membros da sociedade. Geralmente, esses grupos



possuem poder econômico, político, social ou cultural. Além disso, praticar a violência tem como finalidade impor terror, medo, ou a morte de um indivíduo ou de um conjunto deles, através de um ato violento, com o objetivo de reduzir a quem é direcionada a violência em objeto.

Com vista a isso, Chauí (2019) apresenta um outro conceito importante para entender a violência: a objetificação. Para a autora, a objetificação é violenta, pois transfigura pessoas em objetos, retirando-lhes sua dignidade, identidade e direitos, além de limitar sua autonomia, reprimindo ou exacerbando suas emoções, restringindo sua capacidade de pensar e agir no mundo. Impactando diretamente a dignidade e a liberdade dos indivíduos.

Ademais, Chauí (2019) estabelece que a tese do mito da não violência, que seria essa ideia imaginária de que o país vive em harmonia, camuflaria a verdadeira condição da nossa sociedade, porque, quando olhamos a história do país, as transições de colônia a república foram alcançadas por meio de golpes de Estado e também através da repressão sistemática de diversas insurreições e manifestações que visavam mudar o cenário político brasileiro. Desse modo, esse mito serve como uma:

[...] narração política da “história feita sem sangue” opera como alicerce para construção mítica da sociedade brasileira como a boa sociedade, uma, indivisa, pacífica e ordeira. Dessa construção, um bom exemplo se encontra no elogio da harmonia e da estabilidade nacionais conseguidas graças ao patriarcalismo patrimonialista, feito por Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala*. Ergue-se, assim, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, que desconhece o racismo, o machismo, a homofobia, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, que vive sem preconceitos porque não discrimina as pessoas por sua etnia nem por sua classe social nem por suas escolhas sexuais, religiosas ou profissionais. A harmonia entre a casa-grande e a senzala afirma que somos um povo essencialmente não violento (Chauí, 2019, p. 37).

Portanto, essa narrativa de que o Brasil é um país cordial, esconde a natureza violenta que está no cerne, a qual se alicerça nas estruturas que fundam o corpo social brasileiro, e que são os responsáveis pelas violências que acontecem no cenário contemporâneo. As provas acerca disso estão presentes nas imagens de barbárie e terror que podemos observar nos noticiários e nas estatísticas das pesquisas realizadas por vários órgãos acerca da violência no país.

Corroborando com essa perspectiva, Saffioti (2015) argumenta que a sociedade brasileira é regida pela chamada “pedagogia da violência” ou pela “ordem

social das bicadas” que é a ideia de que as relações sociais e humanas devem ser regidas pela violência, humilhação e crueldade para com seus pares e, principalmente, com o “outro”, que seria aquele que não é igual ao “eu”. E o “eu” citado aqui, homem, branco e heterossexual, é considerado o principal produtor de significados, responsável pela ciência, pelos preceitos morais e o saber universal que regem o funcionamento da nossa sociedade. Quem não faz parte desse modelo é considerado o “outro”. Logo, a violência, seja ela física, verbal, psicológica ou emocional, é usada como ferramenta para manter o *status quo*, conservando o poder na figura do patriarca.

Em síntese, o que Saffioti (2015) e Chauí (2019) apontam é que a violência é intrínseca à construção e ao funcionamento da sociedade brasileira. Dessa maneira, ela atinge alguns grupos sociais de forma mais frequente que outros, devido a fatores culturais, socioeconômicos, raciais, de gênero e de sexualidade.

Para Minayo e Souza (1998), no artigo intitulado “Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva”, a violência “consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (Minayo; Souza, 1998, p. 514). A partir do trecho citado, podemos observar como a violência na área da saúde está ligada ao rompimento da integridade de vários aspectos da esfera humana, com foco nos seus efeitos, mais que nas suas causas. Para as autoras, podemos definir as várias visões e conceitos acerca da violência em dois eixos principais, são eles:

[...] os que sustentam que a violência resulta de necessidades biológicas, psicológicas ou sociais, fundamentando-se na sociobiologia ou na etologia, teorias que subordinam a questão social às determinações da natureza. De outro, estão os que explicam a violência como fenômeno de causalidade apenas social, provocada quer pela dissolução da ordem, quer pela “Vingança” dos oprimidos, quer ainda pela fraqueza do Estado (Minayo; Souza, 1998, p. 514-515).

No trecho acima, são apresentadas as duas visões mais aceitas acerca dos conceitos de violência. Na primeira, ela é vista como algo inato à natureza humana, convertendo-se em um instrumento, que tem como objetivo a manutenção da sobrevivência. Já o outro ponto de vista vê a violência como resultante de um cenário social que propicia essas ações, na qual as relações econômicas, políticas e sociais desiguais, seriam, então, as grandes produtoras e reprodutoras de violência.

Para Jaime Ginzburg, no livro *Literatura, violência e melancolia* (2012, p. 18), “a violência é entendida como construção material e histórica”. Isso significa dizer que ela não surge de forma espontânea, mas é resultado de processos concretos, construída por condições econômicas, conflitos sociais e relações de poder, uma vez que ela é produto da atividade humana. Devido a isso, Ginzburg (2012) argumenta que, para analisar a violência e suas diversas características, é fundamental considerar a história. Isto é, voltar o olhar para o passado para entender porque, onde, como e de que forma essa violência aconteceu e, por consequência, ser capaz de compreendê-la no presente. Sendo assim, o autor entende a violência como:

[...] uma situação, agenciada por um ser humano ou um grupo de seres humanos, capaz de produzir danos físicos em outro ser humano ou outros grupos de seres humanos. Estou entendendo a violência como um fenômeno que inclui um deliberado dano corporal. A violência, tal como definida aqui, envolve o interesse em machucar ou mutilar o corpo do outro, ou leva-lo à morte (Ginzburg, 2012, p. 11).

Diante do exposto, percebemos que esse conceito de violência se encontra dentro do aspecto do dano físico, ela é mais fácil de ser identificada, porque é visível, enquanto que, por exemplo, as violências simbólica e sistêmica são de difícil percepção, porque seus danos, por vezes, estão encobertos por camadas de dominação, exploração e alienação. Nesse sentido, isso faz com que os indivíduos e a sociedade não consigam perceber as nuances e os instrumentos que são utilizados para sua concretização.

Portanto, percebemos que o termo violência apresenta vários conceitos, oriundos de inúmeros estudiosos, de diferentes áreas do conhecimento. No direito, por exemplo, as definições são baseadas em leis e artigos, além de apresentarem concepções mais restritivas. Para essa área, certas violências são permitidas, como as que visam a manutenção da ordem, e no âmbito dos esportes, como em lutas corporais. Já na área da saúde, esse conceito está ligado, a uma ordenação mais prática e a danos ao bem-estar das pessoas. Ao passo que, para a filosofia e a sociologia, a violência tem um sentido mais amplo e complexo, porque sua definição muda de acordo com fatores sociais, históricos e perspectivas advindas de diferentes atores sociais.

Nas teorias apresentadas, o que se percebe é que, de modo geral, a violência está associada à violação tanto do próprio ser quanto do outro, originada a partir de

um ato não natural, em que se emprega força de forma contundente e intencional, gerando danos físicos e psicológicos que comprometem a autonomia do indivíduo. No entanto, essa violência não se restringe ao uso de força física; ela também pode se manifestar por meio de palavras ferinas, humilhações, crueldade, preconceitos e manipulação emocional. Portanto ela pode acontecer no espaço do discurso, da linguagem e do simbólico, além de ser produto de desigualdades econômicas, sociais e de gênero, ou seja, de estruturas de poder desiguais em diversas esferas.

Em suma, a violência pode originar-se no campo individual e/ou estar ligada às estruturas de poder predominantes em nossa sociedade, nas quais o indivíduo, a sociedade e o Estado podem se tornar potenciais agressores. Alguns desses agentes são capazes de criar mecanismos, como a mídia burguesa, para difundir certos sentidos e imagens sobre a violência, com o objetivo de mascarar os verdadeiros responsáveis pela produção desse fenômeno: os sistemas de dominação e exploração presentes em nossa sociedade

#### 1.1.1 A violência de gênero

Analisamos que, para uma melhor compreensão da escolha do termo violência de gênero para nomear esta pesquisa e sua relação intrínseca com a violência contra a mulher, é importante trazer à tona a discussão de Saffioti (2015) sobre o tema. Para a autora, violência contra a mulher não é a mesma coisa que violência de gênero, uma vez que esta última pode ser perpetrada tanto por um homem contra outro homem quanto por uma mulher contra outra mulher. Isso significa dizer que a violência de gênero é um conceito mais amplo, pois se refere à violência em diferentes contextos: mulher/homem, homem/homem e mulher/mulher, em várias faixas etárias, abrangendo também violências que vão além das tipificadas nas leis brasileiras.

Por isso, escolhemos a denominação violência de gênero, pois entendemos que ela oferece uma definição mais ampla, que abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Considerando que uma das personagens analisadas neste trabalho sofreu violência ainda na adolescência, incluindo violências que vão além das tipificadas como violência doméstica e familiar. Assim, optamos, então, por utilizar o termo violência de gênero.

No que se refere à noção de gênero, esta já estava presente na gramática, a qual se referia à classificação entre masculino, feminino e neutro. O conceito de gênero foi introduzido nas Ciências Humanas pela antropóloga Gayle Rubin, em sua obra intitulada *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, publicada em 1975. Uma das principais referências nos estudos sobre gênero é a historiadora Joan Scott (1995), no seu artigo denominado de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, no qual ela conceitua gênero como qualquer qualidade social atribuída ao corpo sexuado. O gênero definiria então os papéis sociais e o comportamento, com base em concepções restritas do que é considerado masculino ou feminino.

Sobre isso, é importante salientar como o gênero constitui-se como um recurso presente na sociedade, que foi fabricado a partir da visão das diferenças entre os sexos, bem como é usado para manter o sistema que domina e explora as mulheres, e outros grupos, em funcionamento. Para Scott (1995), o gênero representa a primeira forma de poder presente nas sociedades, e que se manifesta nas interações entre homens e mulheres, assim como entre homens e outros homens ou mulheres com outras mulheres. Ademais, esse sistema permeia todos os setores da sociedade, abrangendo desde o contexto doméstico até as esferas da política e também da literatura.

Em síntese, ao seguir a perspectiva de Scott (1995), esta pesquisa adota a categoria de gênero com base na compreensão de que as relações entre os gêneros estão imersas em poder. E que esse poder é mantido por um sistema patriarcal que, ao longo da história e em vários contextos sociais, moldou as expectativas associadas a cada sexo. Assim sendo, as investigações sobre gênero se opõem firmemente a qualquer abordagem essencialista da relação sexo/gênero. Isso ocorre porque essa teoria vê os atributos condicionados aos gêneros não como algo intrínseco ao biológico, mas advindas e construídas pelo contexto social.

Ao analisarmos as estatísticas, podemos observar uma maior incidência de violência perpetrada por homens contra mulheres. Isso ocorre porque o patriarcalismo centraliza o poder no patriarca, que acaba determinando o destino de todos os membros da família, e até de pessoas fora do seu círculo doméstico. Consequentemente, esse poder se exerce em diversas esferas da sociedade, punindo aqueles que tentam transgredir os papéis sociais tradicionais de gênero.

Pierre Bourdieu (2012), na sua obra *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*, sustenta que a violência contra as mulheres está

associada ao exercício do poder simbólico, o qual encontra amparo em discursos e costumes religiosos e tradicionais. Conforme postula Bourdieu (2012), a violência simbólica seria essa violência invisível, suave, que se concretiza através da imposição de valores, normas e práticas, idealizado pelas classes dominantes. Além disso, para o autor, essa ideologia está presente na estrutura do pensamento ocidental. Isso significa dizer que todo o arcabouço epistemológico das nossas sociedades tem como base a divisão sexual do trabalho, constituídos ainda nas sociedades primitivas. Essas diferenças, conseqüentemente, construíram representações restritas do que é feminino e masculino.

Saffioti (2011), no artigo intitulado “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”, esclarece que é na ordem do simbólico que podemos identificar, em certa medida, a contribuição das mulheres para o processo de violência de gênero. Isso ocorre porque a socialização feminina se dá dentro de um contexto patriarcal, construído historicamente. Assim, a maioria das mulheres internaliza as ideias patriarcais, o que impede que questionem sua situação de inferioridade social. Muitas vezes, as mulheres tendem a reproduzir esse pensamento, acreditando que é algo natural, predeterminado pelo destino, por simplesmente terem nascido fêmeas.

No caso das mulheres, é esperado que sejam frágeis e submissas, já para os homens, espera-se força e virilidade. Além disso, as potencialidades das mulheres são frequentemente limitadas, e aspectos como o uso da razão e do poder não são incentivados. Vale ressaltar que as consequências desse sistema social desigual entre os gêneros, o patriarcalismo, não afeta apenas as mulheres, mas, de certa forma, também os homens. Estes, por exemplo, não podem expressar características associadas ao “mundo da feminilidade”, sob o risco de serem rotulados de “não-homens”. Assim, não ser considerado um homem implica na perda das prerrogativas de poder que esse lugar social possui. Essa dinâmica gera sofrimento tanto nas mulheres quanto nos homens; estes últimos enfrentam dificuldades em expressar suas emoções de maneira saudável e acabam recorrendo ao controle emocional ou à dominação violenta, sendo as mulheres seus principais alvos devido à percepção que se tem de que são seres inferiores.

Quando falamos de sistemas desiguais, um fator que reverbera e atua, principalmente na vida das mulheres negras, é a interseção entre o racismo e o sexismo. A pensadora Lélia González (2020), em um dos ensaios presentes no livro *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogo*, discute

como a ideia de democracia racial comporta contradições internas, que podem ser percebidas através da linguagem (discurso) e da memória. A autora analisa, especialmente, como a mulher negra sofre constantemente violência simbólica, por meio de ideias preconcebidas sobre ela. E de que essas ideias remontam ao sistema escravocrata, bem como estão intrinsecamente ligadas à “formação cultural com movimentos de diferentes modos de rejeição/integração de seu papel” (González, 2020, p. 226). Ou seja, há momentos de aceitação do papel da mulher negra, principalmente através de estereótipos, e outros de total rejeição, até de seus estereótipos.

Através de uma análise dialética e psicológica, González (2020) discute as contradições presentes na sociedade brasileira, especialmente em relação às representações que permeiam o imaginário acerca da mulher negra. Utilizando-se da relação entre as categorias de mulata e empregada doméstica, González (2020) observa que, enquanto a mulata no carnaval é vista como rainha e deusa, no cotidiano ela tende a ocupar cargos como o de empregada doméstica. Além disso, para González (2020), as figuras de mulata e empregada doméstica são reflexos diretos da mucama do período escravocrata. Nesse contexto, podemos perceber como esses dois sistemas de dominação operam sobre a figura da mulher negra, que é subalternizada duplamente, tanto pelo sexo quanto pela cor. Além disso, esses discursos produzem violências que se refletem no cotidiano das mulheres negras, sendo naturalizados pela sociedade e institucionalizados pelo Estado.

De acordo com o Atlas da Violência de 2023, que utiliza dados referentes a 2021, os homicídios de mulheres negras correspondem a 67,4% do total de assassinatos femininos no Brasil. Dessa forma, uma mulher negra enfrenta um risco 1,8% maior de ser vítima de violência fatal em comparação às mulheres não negras. Assim, entendemos que, de um modo geral, as mulheres enfrentam restrições relacionadas aos papéis que podem assumir em uma determinada sociedade, mas, para a mulher negra, esses espaços de subjetividade são ainda mais limitados. Isso ocorre porque a mulher negra lida com a questão da dupla subalternidade, a de ser mulher e a de ser negra, o que lhe coloca em posições de servidão, seja sexualmente ou através do trabalho, à família branca.

Essa interseção entre racismo, sexismo e outras formas de discriminação e opressão é atualmente reconhecida como um campo de pesquisa denominado de

interseccionalidade. O conceito foi introduzido pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, em 1989, sendo definido da seguinte forma:

[...] A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

A citação acima demonstra como a interseccionalidade é um instrumento de análise que auxilia a compreender a base de formação das identidades e de experiências das mulheres negras nas mais diversas sociedades. Isso quer dizer que esse conceito se torna necessário para uma melhor compreensão de como as opressões de classe, raça, gênero e sexualidade de forma relacional, dinâmica e interativa, operam na realidade dessas mulheres. Além disso, essas estruturas acabam limitando o acesso das mulheres negras a vários setores da sociedade, desde serviços públicos básicos até ao espaço literário. Diante do exposto, podemos observar que o cenário atual da violência de gênero no Brasil tem como uma de suas raízes o período escravocrata.

Ademais, é importante ressaltarmos que o movimento feminista foi o grande responsável por dar visibilidade ao fenômeno da violência contra a mulher. A partir de dois momentos importantes: quando este cunhou a expressão “violência contra a mulher” nos anos de 1980; e através da campanha, também nos anos 80, denominada “Quem ama não mata”, por ocasião do segundo julgamento de Doca Street, acusado do assassinato da mineira Angela Diniz. Essas campanhas tiveram como objetivo pressionar o Estado brasileiro para que implementasse medidas de proteção à mulher. Foi somente a partir das denúncias que vários grupos feministas realizaram, a órgãos internacionais, para que o Brasil reconhecesse a situação de emergência da violência contra a mulher, que obtivemos vários acordos internacionais e leis que compõem a atual estrutura brasileira que lida diretamente com essa questão social, e que tipifica as várias formas desse tipo de violência.

O primeiro documento refere-se aos resultados da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, estabelecida em 1994. Nos dois primeiros artigos, essa convenção já evidencia uma ampla definição do que se entende por violência contra as mulheres:



**Artigo 1º:** Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

**Artigo 2º** Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: a. que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; b. que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e c. que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (Brasil, 1996, grifo nosso).

A partir desse documento, podemos observar a amplitude do conceito de violência contra a mulher, posto que ela parte de atos de humilhação no plano verbal até ao estupro, praticados tanto por pessoas conhecidas da vítima como pelo Estado brasileiro. O segundo documento é um desdobramento da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Trata-se da Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. O nome homenageia Maria da Penha Maia Fernandes, uma cearense que sobreviveu a um tiro dado pelo marido, em suas costas, enquanto ela dormia. Esta lei estabelece mecanismos voltados para prevenir e enfrentar a violência doméstica e familiar contra mulheres, além de implementar medidas de assistência e proteção às vítimas, juntamente com sanções aos agressores.

Conforme informações do Instituto Maria da Penha (IMP)<sup>2</sup>, essa lei classifica cinco tipos distintos de violência contra as mulheres: a física, a psicológica, a moral, a sexual e a patrimonial. Cada uma dessas modalidades está detalhadamente descrita no artigo 7º da referida lei, nos incisos I ao V:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: **I - a violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; **II - a violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 21 set. 2024.

meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; **IV - a violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; **V - a violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006, grifos nossos).

Além disso, existem outras duas leis indispensáveis para o cenário de proteção à mulher. A primeira é a lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, que tipifica os crimes de Importunação Sexual e dá outras providências. A importunação sexual se caracteriza como “praticar contra alguém e sem sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de terceiros” (Brasil, 2018). A segunda seria a lei de nº 10.224, de 15 de maio de 2021, que dispõe sobre o crime de Assédio Sexual e dá outras providências. O assédio sexual tipifica-se em “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (Brasil, 2021).

Embora o Brasil possua uma das legislações mais avançadas de proteção às mulheres, os índices de violência contra esse grupo têm aumentado. Essa realidade é evidenciada pelos dados do Atlas da Violência (2023), que revelam que, “em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país” (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 36). Esses dados apontam que as mulheres são uns dos segmentos mais vulneráveis à violência cotidiana no Brasil. Conforme as estatísticas:

Dos registros de óbitos, 34,5% dos homicídios de mulheres ocorreram em domicílio, totalizando 1.313 vítimas em 2022. Esse percentual se aproxima da proporção de feminicídios identificados pelas polícias brasileiras em relação ao total de homicídios femininos, que em 2022 chegou a 36,6% (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 40).

Além disso, o documento demonstra que o local que as mulheres mais sofrem violência é no âmbito doméstico/privado, diferente dos homens, que a maioria dos

crimes acontece no espaço público, ligados a violência urbana. Isso ocorre porque as mulheres ainda estão predominantemente presas ao espaço doméstico, logo, esse torna-se o lugar onde mais sofrem violência. Todavia, com a saída das mulheres para outros espaços, vemos emergir outros tipos de violências, praticadas em outros ambientes, como no transporte público, em áreas urbanas e no espaço laboral.

Em resumo, é possível afirmar que a violência contra as mulheres atua como um instrumento histórico para a dominação de seus corpos e comportamentos, sendo legitimada por uma estrutura desigual entre os gêneros. É crucial destacar que essa forma de violência afeta diversas classes sociais, abrangendo mulheres com diferentes níveis educacionais e etnias. Esse panorama violento se evidencia em dados estatísticos e também é representado na literatura, cujo propósito é tornar público, discutir e denunciar esse grave problema social.

## 2 VOZES QUE DESAFIAM: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM CONTOS CONTEMPORÂNEOS SOB A PERSPECTIVA FEMININA

Neste capítulo, apresentamos um dos estudos utilizados na análise do presente trabalho: a crítica literária feminista, além de abordarmos as características da autoria feminina. Ademais, o capítulo discorre sobre o conto contemporâneo e sua relação com o tema da violência de gênero.

### 2.1 A crítica literária feminista e a autoria feminina

Com o avanço dos estudos na área da crítica literária feminista, alguns instrumentos e conceitos de análise foram se consolidando. Ocorrendo até o estabelecimento de dois tipos de críticas feministas, são elas, a anglo-saxônica e a francesa. A crítica anglo-saxônica é derivada da primeira vertente dos estudos literários feministas, ou seja, a vertente revisionista, já a crítica francesa advém da segunda vertente. Segundo Lúcia Zolin (2009a), no capítulo intitulado “Crítica Feminista” presente no livro *Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas*, a crítica feminista anglo-saxônica é a mais utilizada no Brasil e tende a abordar questões como:

1) noções de gênero, classe e raça, discutidas em confronto com a noção de essencialidade da mulher; noção de experiência, que enfoca as práticas culturais da mulher relacionadas com sua produção literária, a fim de recuperar uma “identidade feminina” e rejeitar a repetição dos pressupostos da crítica literária tradicional; 3) noções de representação literária, de autoria e de leitor/leitora; 4) noção do cânone literário e crítico, discutindo a legitimidade do que é, ou não, considerado literário e denunciando a ideologia patriarcal que o permeia e determina sua constituição; 5) discute, por fim, a problematização do projeto crítico feminista, no que tange às possibilidades de intervenções nas relações sociais (Zolin, 2009a, p. 02).

Portanto, a crítica literária feminista anglo-saxônica apresenta ferramentas de análise amplas e que busca incorporar no seu olhar para o texto literário os vários aspectos socioculturais que permeiam o cosmo feminino. Ainda de acordo com Zolin (2009a), a crítica francesa, com suporte da psicanálise, se ocupa de estudar a relação entre sexualidade e textualidade, bem como de verificar as conexões entre desejo e linguagem, tudo isso visando comprovar uma provável *écriture féminine*.

Oliveira e Alós (2023), no artigo intitulado “Crítica literária feminista: um projeto em contínua construção”, apresenta um debate acerca do cenário atual da crítica

literária feminista e de como ela está dividida. Os autores as condensam em três eixos, o primeiro se centra em dar visibilidade a obras escritas por mulheres, que foram renegadas do cânone literário tradicional. Enquanto que o segundo, já apresentado anteriormente, questiona a existência de uma *écriture féminine*, ou seja, existe algum marcado na escrita feminina que reverbera suas condições sociais e corporais? Já a última busca analisar os trabalhos de autoria feminina e os mecanismos utilizados para abordar a questão da identidade feminina, passando pelos temas presentes no universo feminino, por exemplo, maternidade, amor, e a violência contra a mulher, entre outros.

Portanto, quando uma análise literária pelo viés da crítica feminista é produzida, ela reflete, para além dos valores estéticos da obra, a questão envolvendo as relações de gênero. Como a realidade funciona, em alguma medida, como um espelho para a literatura, as obras literárias, por conseguinte, refletem essas relações. Como bem pontua Elaine Showalter (1994) no texto “A crítica feminista no território selvagem”, esta é, antes de tudo, uma forma de traduzir o texto literário. Ou seja, analisar um texto literário usando a crítica literária feminista requer pensar nas relações de poder e de política que permeiam as relações entre os sexos. Assim como de reconhecer que as ideologias, mentalidades e ações dos personagens estão inseridas e são produtos de representações de um mundo construído a partir de uma sociedade patriarcal.

Como vimos, a crítica literária feminista apresenta um leque de conceitos operatórios que podem ser utilizados nas análises de obras literárias de autoria feminina ou não. Por exemplo: “feminino/feminista, mulher-sujeito/objeto, logocentrismo, falocentrismo, patriarcalismo, desconstrução, alteridade e a categoria de gênero” (Zolin, 2009a, p. 04).

Segundo Greicy Bellin (2011), no artigo denominado “A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem”, a partir do momento em que optamos por utilizar a categoria gênero na investigação de um texto literário, partimos da tese que o gênero de autoria intervém “nas representações de mundo contidas nesse texto, de forma que um autor não poderia produzir uma obra totalmente livre de qualquer significado relacionado ao gênero” (Bellin, 2011, p. 07). Ou seja, as condições socioculturais das mulheres podem influenciar, desde o tema a ser tratado, a construção dos personagens, e até a própria estética utilizada na obra literária.

Vale destacar que a literatura de autoria feminina possui três grandes fases, especificamente: a primeira é denominada de fase *feminine* (feminina); a segunda de *feminist* (feminista); e última de *female* (fêmea). Respectivamente, temos “a fase de imitação e de internalização dos padrões dominantes; a fase de protesto contra tais padrões e valores; e a fase de autodescoberta, marcada pela busca da identidade própria” (Zolin, 2009b, p. 278). Na fase feminina, a principal obra representativa é o romance *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë, publicado em 1847, enquanto que na fase feminista temos as obras *Mrs. Dalloway* (1925) e *To the lighthouse* (1927), da escritora Virginia Woolf. Por fim, a terceira fase, a fêmea, tem como uma das obras representantes a obra *The color purple* (1982), de Alice Walker.

Na literatura brasileira, a fase feminina iniciou-se com o romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, que é considerado, até o momento, o primeiro romance escrito por uma mulher no país. A fase feminina vai até o ano de 1944, quando com a publicação de *Perto do Coração Selvagem*, de Clarice Lispector, inaugura-se a fase feminista.

Segundo Zolin (2009b), a obra clariceana representa uma ruptura na medida “que estrutura-se em torno das relações de gênero que trazem à tona as diferenças sociais cristalizadas entre os sexos, as quais cerceiam quaisquer possibilidades de a mulher atingir sua plenitude existencial” (Zolin, 2009b, p. 331). Em outros termos, nas obras anteriores, não havia uma reflexão acerca da reprodução dos estereótipos de gênero, só uma mera utilização de suas repercussões nos enredos.

A fase feminista vai até 1990, quando a partir daí inicia-se a fase fêmea, na qual a questão da relação de gênero não é mais o centro das tramas, e em que “se pode vislumbrar a representação de uma nova imagem feminina, livre do peso da tradição patriarcal” (Zolin, 2009b, p. 331).

## **2.2 Entre o silêncio e o grito: a violência de gênero em contos contemporâneos**

O conto possui características distintas de outros gêneros textuais, pois, no geral, ele apresenta propriedades como a brevidade, assim como opera com a utilização de um único evento ou conflito na narrativa. Por conseguinte, isso reverbera no uso de poucos personagens, e no encurtamento do tempo e do espaço presentes na narrativa.

Segundo Bosi (2015), no texto “Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo”, um dos principais traços dos contos contemporâneos é a habilidade de condensação das experiências vividas pelo homem e pela mulher na sociedade atual. Além disso, para Bosi (2015), o conto atual, que tem raízes no modernismo, apresenta como um de seus aspectos o realismo crítico. Isso acontece porque o contista consegue capturar situações da vida cotidiana cheias de significação que, aliadas à utilização de ferramentas linguísticas como a sintaxe, apresentam formas e situações múltiplas.

Por isso, o conto, para ele, trata-se de um gênero que “não só consegue abraçar a temática toda do romance, como põe em jogo os princípios de composição que regem a escrita moderna em busca do texto sintético e do convívio de tons, gêneros e significados” (Bosi, 2015, p. 07). A citação reflete a ideia geral do autor acerca da narrativa curta, na qual, o conto contemporâneo é um espaço de concentração e intensificação das diversas possibilidades da ficção. Ou seja, o conto, no seu uso mais moderno, utiliza-se de uma variação temática ampla, em partes consequência das mudanças representativas ocorridas no cenário literário contemporâneo.

Observamos que a literatura brasileira se constitui como um espaço privilegiado, que assim como nossa sociedade, reflete os conflitos e tensões que a permeiam. Diante desse cenário, vimos emergir novas vozes que buscam um espaço para fazer ecoar seus escritos, através de suas experiências, memórias e raízes. De acordo com Regina Dalcastagnè (2012), no seu livro intitulado *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, a literatura brasileira era usada como um meio para afirmar a identidade nacional, até chegarmos no panorama atual, no qual a organização dos grupos sociais, historicamente marginalizados, disputa espaços para tornar perceptíveis suas narrativas sobre si mesmos, suas visões de mundo e a maneira como são percebidos pela sociedade.

Todas as sociedades humanas são formadas por relações sociais, que são constituídas através do poder, seja ele econômico, político, patriarcal, entre outros. De tal forma, a literatura brasileira não permanece imune, ela também é um espaço onde todos esses poderes circulam. Quem detém o poder literário e, consequentemente, o controle das narrativas, luta para manter seus espaços, enquanto aqueles que buscam adentrá-los tensionam essas estruturas, trazendo consigo outras formas de narrativas e discursos. O embate entre esses dois

segmentos gera conflitos e tensões. Novas vozes emergem e escrevem sob diferentes perspectivas e sobre temas antes marginalizados pela literatura, introduzindo questões e debates que atualmente moldam o cenário literário brasileiro.

Nesse sentido, a representação da violência de gênero entra nesse campo contemporâneo, buscando lançar luz a essa problemática que permeia as vivências das mulheres. Testemunhamos todos os dias nos noticiários, jornais e sites a crescente desse fenômeno social em nossa realidade empírica, sendo assim, narrativas que circunscrevem esse tema são cada vez mais necessárias, já que a literatura pode ser utilizada como uma ferramenta de sensibilização, conscientização e também de intervenção crítica na sociedade.

Corroborando com essa ideia, Ginzburg (2012) disserta sobre o papel que a literatura tem frente à atual conjuntura, na qual a violência tornou-se um fenômeno banalizado e naturalizado. Isso ocorre porque estamos inseridos dentro de dinâmicas de opressão e, por vezes, não conseguimos ver e identificar as nuances que permeiam sua manifestação. Sendo assim, a leitura de obras que retratam esses eventos tem o poder de transformar nossas concepções acerca do tema, tornando evidentes os diversos construtos que compõem esse fenômeno social.

Ainda de acordo com o autor: “o acesso a questionamentos sobre a violência por meio da literatura permite romper com a apatia, o torpor, de um modo importante. Textos literários podem motivar empatia por parte do leitor para situações importantes em termos éticos” (Ginzburg, 2012, p. 32). Dessa forma, o autor expõe como a literatura pode ser utilizada como um instrumento de conscientização acerca de problemas sociais. Portanto, narrativas que abordam histórias de violência podem desenvolver a empatia do leitor sobre o tema, além de desvelar questões como suas origens e seu funcionamento na sociedade.

Na mesma linha de pensamento, Antonio Candido (2011), em seu texto “O direito à literatura”, argumenta que a literatura é essencial, pois ao influenciar nossas emoções e cosmovisão, ela nos liberta da desordem. Esse processo resulta em um entendimento interno que nos transforma em seres humanos, capazes de sentir empatia por nossos pares. Para Candido (2011), a literatura possui esse potencial humanizador, por isso, pode ser utilizada como uma ferramenta valiosa na defesa dos direitos humanos.

Através da literatura, temos a oportunidade de explorar uma variedade de histórias escritas por diferentes autores, o que nos expõe a uma diversidade temática.



Isso possibilita a reflexão sobre os diversos desafios enfrentados nas sociedades contemporâneas. Isso é possível devido à sua habilidade de representação, em alguma medida, da realidade.

No entanto, o que seria a representação? O conceito de representação é um tema bastante discutido entre os estudiosos de literatura, mas existem basicamente duas vertentes: os que consideram, com base nos preceitos de Aristóteles, que a literatura representa a realidade; já as teorias modernas veem a literatura como meramente imitação.

Exemplificando, a autora Zelia de Almeida Cardoso (1985), no artigo “A representação da realidade na obra literária”, discute como a realidade é retratada na literatura. Para a autora, mesmo quando a literatura imita a vida, é essencialmente uma ficção, ou seja, uma criação artística que constrói um mundo ficcional, a representação literária não busca reproduzir a realidade de forma exata, mas sim criar uma versão interpretada ou imaginada da realidade. Sendo assim, a obra literária trabalha com os conceitos de ficção e verossimilhança, oscilando entre o realismo e o irrealismo. Isso seria possível devido a sua natureza, pois o escritor, através da linguagem, pode moldá-la, criando novos mundos. Além disso, para Cardoso (1985), quando um autor cria uma obra, ele reflete sua visão de mundo, que é influenciado por fatores pessoais e culturais, além do espaço e do tempo nos quais aquela obra foi produzida.

Ampliando essa reflexão, Stuart Hall (2016), na obra *Cultura e Representação*, afirma que a cultura influencia a construção de significados e representações na sociedade. Para o autor, a cultura é um sistema, através do qual os significados, sobre determinada coisa, são difundidos. Em outros termos, é no jogo das representações que as relações de poder são circunscritas. Isto significa dizer que os significados são difundidos através das representações construídas socialmente por determinados grupos que detêm o poder na sociedade.

Dentro das perspectivas apresentadas, podemos realizar um paralelo de que em maior ou menor grau, a escolha do que é representado em uma obra literária perpassa, seja conscientemente ou inconscientemente, por valores sociais, experiências de vida, lugar de fala, tempo histórico, espaço social, político, econômico e também de gênero. Sabemos que a literatura é um espaço de representação, na qual circulam ideais, discursos e poderes de toda natureza. Logo, questionamos, no presente trabalho, o espaço da representação da violência de gênero na literatura

brasileira. Já que ela pode servir como um instrumento de conscientização acerca das problemáticas que envolvem essa questão social, questionamos: como os autores estão abordando a violência contra a mulher em suas narrativas. E que tipos de violências são representadas? De que forma elas são representadas?

Paula Queiroz Dutra (2019), na tese intitulada *Entre a dor e o silêncio: a violência contra a mulher em romances contemporâneos*, analisa a representação da violência contra a mulher em nove romances contemporâneos latino-americanos, buscando saber se o gênero dos escritores e escritoras tem alguma influência na forma como essas histórias são contadas. A pesquisadora afirma que as obras de autoria feminina, em comparação com os autores masculinos, foram mais eficientes ao descrever e problematizar o sofrimento das mulheres nas narrativas pesquisadas.

Seguindo essa visão, Carlos Magno Gomes (2013), no seu artigo denominado “Marcas da violência contra a mulher na literatura”, afirma que foi somente no século XX, com o advento da autoria feminina, é que a violência contra a mulher passou a ser um tema abordado nas tramas sobre um viés questionador, uma vez que, anteriormente, sua representação colocava esse fenômeno como parte das normas sociais da sociedade patriarcal brasileira. Portanto, a partir do momento que as mulheres passaram a escrever sobre a violência contra a mulher, é apresentada uma nova visão, na qual suas particularidades são reveladas e suas raízes são expostas, além de haver uma preocupação em questionar esse cenário de desigualdades entre os gêneros, e suas repercussões na vida das mulheres.

Em outros termos, nas obras anteriores, não havia uma reflexão acerca da reprodução dos estereótipos de gênero, só uma mera utilização de suas repercussões nos enredos. Na contemporaneidade, o que observamos é uma confluência de temáticas sendo abordadas pelas mulheres em seus escritos. Por terem sido relegadas ao silêncio por tanto tempo, as escritoras negras sofreram – e ainda sofrem – um silenciamento ainda mais intenso. Atualmente, no entanto, as mulheres escritoras abordam uma ampla diversidade de temas em suas obras. Desde temáticas mais abstratas, como reflexões sobre a existência humana e a fantasia, até relatos sobre situações de violência vividas no cotidiano. Esta última possui um forte caráter de denúncia social, evidenciando como a estrutura patriarcal ainda exerce grande influência sobre a vida das mulheres e se configura como um dos principais fatores geradores de violência.

Sob essa perspectiva, é importante evidenciar que as narrativas femininas ainda estão fortemente ligadas com suas vivências, porque:

[...] essa escrita passa inicialmente pela experiência de ser mulher, de pertencer ao segundo sexo, ou seja, é imprescindível estabelecer o resgate, ou talvez a constituição, do sujeito feminino, em suas dimensões históricas, políticas e culturais, subvertendo a representação desse sujeito condicionada pelo paradigma masculino e repleta de estereótipos (Zinani, 2014, p. 192).

Em vista disso, se as mulheres escrevem a partir de suas experiências, buscamos, portanto, saber de que forma a violência de gênero é representada na literatura de autoria feminina, já que ela faz parte da rotina das mulheres no país.

Segundo Constância Lima Duarte (2010), no artigo “Gênero e violência na literatura afro-brasileira”, quando se analisa as formas de representação da violência de gênero em contos de autoria feminina, percebe-se que, ao longo de nossa história literária, a forma canônica era a predominante, pois essas obras em sua maioria foram escritas por autoras brancas, que tendem a retratar a violência simbólica. Ao passo que as escritoras não canônicas vêm representando outros tipos de violência, como a física – entre elas o estupro e o espancamento. Além da questão do assédio e da importunação sexual, que são violências bastante comuns no cotidiano das mulheres.

Ainda segundo Duarte (2010), existem dois fatores que contribuíram para o aumento das narrativas de autoria feminina que abordam o tema da violência de gênero: o primeiro são as publicações dos *Cadernos Negros*, coletivo de um grupo de afrodescendentes, que vem a público anualmente, desde de 1978. Com os *Cadernos Negros* foi possível verificar que existe uma autoria feminina que “a partir de uma perspectiva étnica, de classe e feminista, realizavam com competência e sensibilidade – agudas releituras da violência, expondo sem melindres personagens-chagas do cotidiano feminino” (Duarte, 2010, p. 02). O segundo fator são as obras da escritora Conceição Evaristo e sua “escrevivência”. Esses dois fatores contribuíram, principalmente, para que as mulheres negras escrevessem narrativas que abordassem o tema da violência de gênero, além de outros aspectos, como relacionados à memória da escravidão e às suas consequências para as mulheres e homens negros.

Observamos que, através da palavra, as mulheres negras conseguem denunciar, escrever e refletir sobre suas vivências, com o objetivo de quebrar o silêncio e manifestar suas singularidades e experiências de vida, seu lugar na

sociedade brasileira e também sua autoimagem. Portanto, o que as mulheres escritoras negras buscam é construir um enunciado próprio dentro da literatura brasileira, diante de todas as singularidades que permeiam sua existência.

Desde *Úrsula*, de Maria Firmino dos Reis, ao *Quarto de despejo*, de Carolina de Jesus, essas características podem ser notadas em seus escritos, que são as consequências nefastas que as questões sociais de classe, raça e gênero têm em suas vidas. Dito isso, já que a violência de gênero faz parte dos temas abordados nas narrativas femininas contemporâneas de mulheres negras ou não, é necessário que existam estudos que analisem as formas e instrumentos utilizados pelas escritoras brasileiras para representá-la.

### 3 AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS PERSONAGENS SUELEN E DAIANE

Neste capítulo, apresentamos, em conformidade com os objetivos estabelecidos, a identificação das violências sofridas pelas personagens Suelen e Daiane, além de uma análise à luz dos estudos de gênero sobre a representação da violência de gênero que permeia os dois contos e a reação das personagens perante a violência cometida. E, por fim, uma breve comparação entre os dois contos.

#### 3.1 Metanoia: um retrato da violência doméstica e familiar contra a mulher

No conto “Metanoia”, narrado inteiramente em terceira pessoa, a personagem principal, Suelen, é uma mulher casada com Marcos há cinco anos, sendo que, nos últimos três anos, a relação conjugal se tornou abusiva. A narrativa descreve que os atos violentos começaram com agressões verbais, e passaram a incluir o arremesso de objetos ao chão, culminando em violência física. Essa trajetória da violência doméstica era anteriormente conhecida como o “ciclo da violência”. No entanto, para Saffioti (2015), essa definição seria apenas descritiva. O que realmente ocorre nessas relações é uma escalada na violência, que geralmente começa no nível psicológico, com ataques verbais e gestuais, e, com o tempo, pode culminar em violência física, podendo até levar a um cenário de feminicídio.

Podemos perceber que os atos de violência acontecem no âmbito doméstico e familiar, por parte do parceiro íntimo de Suelen, dessa forma, podemos identificar essa situação como uma violência doméstica e familiar contra a mulher. Isso fica bem explícito no primeiro trecho do conto, em que diz que: “**O espelho do quarto** refletia os primeiros raios de sol da manhã. Suelen havia chorado durante toda a noite. Estava devastada com todas as **agressões que havia sofrido** [...]” (Pereira, 2020, p. 61, grifos nossos). Portanto, o quarto remete a um ambiente familiar e doméstico, lugar no qual as violências ocorrem.

Na parte seguinte, a personagem Suelen tenta justificar os atos violentos do marido, associando-as à perda do filho: “Casara-se com Marcos havia cinco anos. Os dois primeiros anos haviam sido maravilhosos e se não fosse o aborto espontâneo que sofrera, talvez tivesse continuado assim [...]” (Pereira, 2020, p. 61). Muitas mulheres em situação de violência tendem a procurar justificativas para os atos agressivos. Isso ocorre porque nossas sociedades estão imersas no sistema

patriarcal, e as mulheres, devido a preceitos religiosos e normas sociais, veem aquela violência como algo que faz parte do destino das mulheres.

Além disso, a não concretização do seu papel social de conceber um filho para o marido, acionaria uma justificativa plausível, já que, biologicamente e socialmente, essa é a principal função atribuída às mulheres em nossa sociedade, e ela não ter conseguido atingir esse objetivo seria uma falha grave que merece ser repreendida. Esse discurso está diretamente ligado ao pensamento social, das atribuições sociais que vêm da divisão sexual do trabalho. Já que as mulheres podem gerar um outro ser, então essa torna-se sua função principal na sociedade, principalmente dentro de um casamento, portanto, se elas não conseguem cumprir isso, sentem-se culpadas.

Como bem pontua Saffioti (2015), mesmo sem razões evidentes, as mulheres são condicionadas pelo meio social a sentir culpa, pois vivemos numa sociedade pautada na culpa. No parágrafo seguinte do conto, essa ideia é novamente corroborada quando é mencionada a questão da perda do filho:

Depois da perda do filho, Marcos tornara muito agressivo. Sempre a agredia verbalmente, batia e jogava coisas no chão. Suelen teve coragem de contar à mãe. Sentia tanta vergonha de tudo, mas precisava desabafar (Pereira, 2020, p. 61).

Na citação acima, percebemos que a personagem Suelen retorna a essa ideia, como uma tentativa de se convencer, de que existe um “motivo plausível” para o marido perpetuar as violências, durante os últimos três, dos cinco em que o relacionamento existe, e que o ponto chave de virada, teria sido a perda do filho.

Como exposto na citação acima, percebe-se uma vergonha por parte de Suelen ao falar para a mãe sobre a situação de violência que vive, e isso expressa sua fragilidade emocional e também a complexidade que é estar inserido em contextos de abuso. Essa vergonha pode estar relacionada ao medo de ser julgada, à sensação de impotência e à dificuldade de romper com o silêncio que muitas vítimas enfrentam. Além disso, evidencia a possível falta de diálogo ou compreensão no ambiente familiar, reforçando o isolamento da personagem diante do sofrimento. Depois da revelação sobre sua situação, sua mãe demonstra preocupação, “mas não achava que tinha direito de se meter na vida da filha” (Pereira, 2020, p. 61).

Ao considerar os inúmeros fatores que fazem as mulheres não prestarem denúncia de seus abusadores é a pressão ou o não apoio que as mulheres recebem por parte de seus familiares. Isso ocorre porque a família visa, em primeiro lugar, a conservação da santificada família, em detrimento do bem estar de seus membros. Isso compactua com a ideia de que a violência faz parte do destino das mulheres, logo, elas devem aceitá-la, posto que nem o apoio da família para sair de uma situação de violência, elas conseguem obter.

Por isso, para Saffioti (1999), a sociedade é complacente com a violência doméstica, na medida que torna a frase “Não se mete em briga de marido e mulher” em um ditado popular. Isso expõe, em alguma medida, a forma como parte da sociedade enxerga a instituição casamento, mas como uma relação que é baseada em preceitos sociais, morais, religiosos, financeiros e comportamentais, constituídos de jogos de poder e violência, do que no amor e respeito mútuo.

Como vimos, na maioria das vezes, a primeira etapa de uma relação violenta é a violência emocional e/ou psicológica, na qual é comum acontecer a humilhação através da utilização de palavras que menosprezam a vítima. No trecho a seguir, fica evidente essa dinâmica: “Sempre a **agredia verbalmente**, batia e jogava coisas no chão” (Pereira, 2020, p. 61, grifos nossos). Esse tipo de violência contra a mulher, de acordo com a Lei Maria da Penha, constitui-se como uma violência psicológica, a qual é:

entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006).

Ela produz marcas “invisíveis”, porque resulta em danos psicológicos que, principalmente, minam a autoestima da mulher, o que acaba aumentando a dependência emocional dentro do relacionamento, dificultando que a mulher saia dessa situação de violência. A violência psicológica, geralmente, envolve a humilhação, por isso, ela é bastante difícil de superar, porque as marcas são profundas.

Podemos identificar como, sobretudo em situações de violência, alguns construtos presentes nas masculinidades são acionados. De acordo com Oliveira (2014), as fragilidades masculinas e a insegurança são disfarçadas com a utilização da força, e são, principalmente, nos momentos de vulnerabilidade que a dominação se sobrepõe. No fragmento a seguir, podemos observar que Marcos está passando por um momento de debilidade emocional e como os homens não são socializados a lidarem com as emoções, eles convertem seus sentimentos voláteis em força, em violência, em bicadas:

Muitas vezes, nos momentos de paz, na hora do amor, Suelen abria o coração para Marcos, explicava que ele a estava magoando. Marcos se arrependia, pedia desculpa e, com lágrimas nos olhos, prometia que nunca mais... (Pereira, 2020, p. 61).

A citação acima introduz a ideia de rotinização da violência doméstica e familiar contra a personagem Suelen, pois quando o narrador expõe que “muitas vezes” e fala de “momentos de paz”, isso dá uma ideia que existem momentos de perturbação e inquietação. Essa dinâmica é própria de uma relação violenta, em que há momentos de tranquilidade que, logo depois, escalam em episódios de violência cada vez mais exacerbados. No trecho a seguir, o narrador expõe novamente essa ideia, quando diz que “fazia **alguns meses** e aquela conversa era quase **cotidiana**” (Pereira, 2020, p. 62, grifos nossos). Portanto, essa citação conversa com a questão da rotinização, que seria a habitualidade da violência em um relacionamento amoroso. Essa situação cria no plano psicológico uma dependência daquela relação e da situação de violência, na qual ambos os parceiros se adaptam àquela dinâmica.

A reação da personagem diante da violência cometida foi a de se retrair, não conversar e evitar o companheiro, devido ao medo. Essa atitude desencadeia em Marcos um sentimento de rejeição e irritação. Consequentemente, isso culmina na primeira violência física dentro da relação, como podemos observar no trecho a seguir: “Na noite da agressão, Suelen tomou banho, trocou-se e foi logo para a cama, evitando qualquer contato. Já estava começando a pegar no sono, quando a porta do quarto veio ao chão” (Pereira, 2020, p. 62). Em síntese, a postura de Suelen, diante das bicadas verbais, parece ferir o ego de Marcos, que, aparentemente, incomodado com a apatia da esposa, parte para a violência física: “Assustada, sentou-se na cama, tremendo dos pés à cabeça e sem coragem. Pensou em gritar, mas desistiu. Marcos



gritava, completamente transtornado. Suelen já não ouvia. O medo havia bloqueado seus ouvidos” (Pereira, 2020, p. 62).

Em relação à violência física presente na narrativa, ela é considerada um ato severo, e constitui-se como um dos estágios da violência que acontece em âmbito doméstico e familiar. De acordo com o Art 7º, inciso I, da Lei Maria da Penha, a violência física se caracteriza como qualquer conduta que ofenda a integridade física ou corporal da mulher. Esse tipo de violência deixa marcas visíveis no corpo, por isso, é mais fácil identificá-la. Sendo assim, podemos perceber claramente que, na narrativa, ocorre a representação de um relacionamento abusivo no qual, geralmente, a escalada da violência começa na ordem verbal, e passa por arremessar objetos até a agressão física. Diante do descontrole do marido e da iminente violência que irá sofrer, Suelen fica em estado de torpor, o medo a paralisa. Marcos faz uso do poder que o patriarcalismo lhe confere, como homem, para gritar e agredir sua esposa.

Saffioti (2015) assevera que esse poder tem dois lados: o da impotência e da potência, as mulheres são socializadas a aprender a lidar com a primeira enquanto que os homens, sempre vinculados aos sentidos da força, têm mais familiaridade com o segundo aspecto. A autora acredita ainda que quando os homens usam da violência eles estão sob o efeito da impotência. Podemos observar essa dinâmica no casal de personagens Suelen e Marcos, pois a perda do filho representa para o marido o não exercício pleno da sua masculinidade, portanto, isso gera uma situação de impotência. Marcos, incapaz de lidar com seus próprios sentimentos e frustrações, projeta a origem de seus problemas na esposa, culpando-a por não ter concebido seu filho.

Bourdieu (2012) afirma que no plano do simbólico existem certos signos que fazem parte do papel do dominador, e que isso faz que os homens, que são os que geralmente ocupam essas posições na sociedade, sigam certos princípios que exigem deles certas condutas, como a posição dominadora dentro da relação amorosa. Esse desacordo entre os homens e as mulheres é o grande gerador de violências dentro da relação amorosa, já que, frequentemente, as expectativas de alguns homens passam pela total submissão feminina e pela realização dos papéis sociais tradicionais de gênero.

O narrador reforça que a inércia de Suelen, diante da violência perpetrada por Marcos o deixa contrariado e perturbado. Para a personagem, seu marido tinha se transformado em um monstro, cego de raiva, ou seja, ele converteu toda a sua impotência em raiva destemida. Podemos observar isso no trecho a seguir: “Marcos

**jogou ao chão** tudo que havia no quarto e, como Suelen não chorava nem reagia, **avançou sobre o corpo da mulher**, como **socos e pontapés**” (Pereira, 2020, p. 62, grifos nossos). Com o arremesso dos objetos, o avançar sobre o corpo feminino, utilizando-se de com socos e pontapés, Marcos canaliza suas frustrações e sua impotência e os preceitos patriarcalistas, utilizando sua força física para agredir sua esposa. Ela, devido ao contexto patriarcalista, e ao medo, resigna-se com o seu destino dentro relacionamento, e desenvolve medo de reagir contra tais violências.

Nesse sentido, diante de todas os obstáculos impostos pela sociedade que impedem a liberdade da mulher perante a violência doméstica e familiar, o não apoio dos familiares, e toda a estrutura social, que vê aquele tipo de violência como algo natural, corporificado na trajetória feminina, deixa a vítima, por bastante tempo, ao capricho do seu algoz. Isso acontece, segundo Saffioti (2015, p. 75), porque “efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres”, colaborando, assim, com o silenciamento das vítimas de violência doméstica, e também de outros tipos de atos violentos.

Em síntese, além de muitas vezes não ter apoio por parte da família, a mulher em situação de violência se depara com uma espécie de acordo mútuo, no plano social, em que os indivíduos não podem intervir no relacionamento de um casal, mesmo diante de agressões cotidianas. No fragmento a seguir, observamos a continuação do episódio violento:

Suelen caiu. Permaneceu no chão apanhando, ainda em silêncio. Marcos bateu até cansar, jogou-se sobre a cama e chorou alto. Levantou-se e saiu aos soluços noite afora. Suelen ouviu a porta bater, entendeu que estava sozinha. Arrastou-se até a cama, jogou seu corpo e ficou ali. Não conseguia pensar em nada. Não tinha nada dentro dela. Nem raiva, nem mágoa. Suelen sentiu vontade de dormir. Dormir para sempre (Pereira, 2020, p. 62).

A citação destaca o episódio de violência perpetrado por Marcos contra Suelen e a reação dela diante disso. No primeiro momento, a personagem torna-se apática, seguida de uma sensação de vazio, provocada pela perda da dignidade humana. Quando é espancada, Suelen passa do *status* de humana para coisa/objeto que pode ser manuseado e maltratado, sendo assim, se ela é objeto, não tem mais sentimentos, sobra então o vazio. No trecho a seguir, observamos o comportamento da personagem depois da agressão:

Depois de algumas horas, olhando para o teto, começou a sentir seu corpo, que doía absurdamente. Levou a mão até o rosto e, sim, era sangue. Arrastou-se um pouco mais até o espelho. O choro começou fraco, como se estivesse escondido dentro dela há tempos. Depois ganhou força e Suelen berrava, olhando seu rosto deformado de inchaço e sangue (Pereira, 2020, p. 63).

Como podemos observar no fragmento acima, somente quando Suelen se depara com as consequências da agressão física no seu corpo, através do espelho, ela sai da apatia e começa a chorar, ainda que de forma tímida, o que depois ganha força e deságua em berros, enquanto olha seu rosto inchado e com sangue. Ou seja, apenas quando as consequências da agressão se tornam visíveis é que a protagonista sai da inércia diante das agressões.

Na percepção da protagonista, a noite da primeira violência física por parte de Marcos, foi longa. O sono demorou, mas devido à exaustão diante de toda a situação, ela acabou adormecendo e sonhou. A personagem sonhou que estava vestida de branco, no meio de uma floresta, quando aparece uma senhora de cabelos, também, brancos, com um sorriso cheio de paz. Indo na direção de Suelen, ela toca seus olhos e o seu ventre e a abraça. Quando acorda, já pela manhã, ela desperta com uma força que a faz levantar da cama. Essa força, ainda, faz Suelen tomar banho, preparar uma pequena mala, sentar-se na cama pela última vez e escrever um bilhete, no qual inscreve: “Marcos a Suelen mudou”, depois, a personagem abre a porta e vai embora da casa.

É interessante levantar três pontos acerca do conto, o primeiro é a centralidade que permeia a cama durante toda a narrativa, que parte do local de clamor da personagem ao marido sobre como ele a estava machucando, e também na qual ocorre a primeira agressão física; por fim, o local de reflexão e libertação da relação abusiva. Indo mais adiante, isso tem haver com uma ideologia de ligação simbólica entre a mulher, o corpo e a cama. Segundo Bourdieu (2012, p. 26), “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”.

Isto significa que as agressões que acontecerem na cama ou perto dela, pressupõem questões simbólicas ligadas ao corpo feminino e sua função de reprodução por meio do sexo, que nas sociedades tem como principal local de realização a cama. Portanto, esse espaço se torna uma espécie de local de trabalho

social da mulher, porque se elas conseguem reproduzir outro ser humano, assim sendo, essa se torna sua principal obrigação.

O segundo ponto seria a forma repentina com que Suelen se retira do casamento violento, a partir da primeira grande agressão física praticada por Marcos. A violência doméstica tem como principal característica a ligação afetiva entre seus pares, em que o rompimento, na maioria das vezes, depende de um fator externo, por exemplo, ajuda da família, do Estado, ou a própria morte de um deles. Constitui-se raridade uma mulher sair de uma situação de violência sem um auxílio externo. Todavia, mesmo quando perduram em relações violentas, as mulheres reagem a violência, a partir de muitas estratégias.

A saída de Suelen do relacionamento violento constitui-se como um final inesperado diante do panorama do que acontece na maioria dos casos de violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres. Entendemos que sua partida é um ato de resistência diante de todo um sistema patriarcal que a coloca em posição de subordinação na relação.

Ressaltamos, então, novamente, que a quebra desse vínculo não se constitui como um passo fácil para a Suelen, já que a questão da dependência emocional é muito presente nas relações amorosas, principalmente para as mulheres. A evasão de Suelen de um relacionamento abusivo, na escrita de Elisa Pereira, é apresentada como uma forma de resistência. Diante do contexto patriarcal e cruel em que vivemos, fugir se configura como um ato de coragem, pois Suelen escapa para salvar sua vida. No entanto, antes desse ato, ela passa por um processo de mudança de pensamento. Essa transformação está relacionada à forma como ela concebia uma relação amorosa e o papel da mulher dentro dela.

Podemos observar, também, que essa saída do relacionamento teve como impulso inicial um sonho que Suelen têm relacionado ao filho que perderá. Podemos, a partir disso, concluir que a maternidade para Suelen se constitui como um laço mais forte que sua união com o marido. A partir daquele momento, parece ser inconcebível para a personagem estar em um casamento, em que ocorra humilhação, crueldade, agressões, e violências de qualquer tipo, e que, além disso, esta passe a ser a realidade dos seus futuros filhos.

Ademais, o conto “Metanoia” representa a violência doméstica e familiar contra as mulheres perpetrada por parceiros íntimos. Esse tipo de violência é a realidade de muitas mulheres no país. Elisa Pereira, através de sua escrita, consegue

simular várias características que compõem esse tipo de violência de gênero, como a questão da rotinização, a escalada da violência, e também de autculpabilização da vítima. Além disso, a forma escolhida pela escritora para a fuga da personagem do relacionamento violento demonstra que as mulheres empregam força para sair dos relacionamentos abusivos, mesmo que não haja embate com o seu algoz, porque antes de tudo, elas lutam contra si mesmas e contra todo um sistema patriarcal, que quer mantê-las em situação de submissão e subalternização.

O último ponto a ser discutido, está relacionado à significação do título do conto, Metanoia. De acordo com o site Significados (2024)<sup>3</sup>, metanoia refere-se a uma mudança de mente ou arrependimento no sentido de uma transformação profunda do pensamento, das atitudes ou da perspectiva de vida. Ela é frequentemente usada em contextos filosóficos, espirituais ou psicológicos para descrever um momento de mudança radical na maneira como uma pessoa vê e interpreta o mundo, uma mudança do próprio pensamento. A metanoia de Suelen, iniciada durante seu sonho, faz ela romper com o casamento, e com a situação de violência. Em síntese, o nome do conto nos dá um indício do final da história, na qual ocorre uma quebra da escalada da violência, com a saída de Suelen do relacionamento abusivo.

### 3.2 Meritocracia: a violência de gênero e o corpo feminino negro

Assim como no conto “Metanoia”, em “Meritocracia” o narrador também está em terceira pessoa. Através dele observamos a personagem Daiane, uma adolescente negra, que durante sua trajetória de estudante à trabalhadora passa por vários tipos de violências. Daiane inicia na narrativa com 12 anos, quando ela começa a perceber os olhares que recebe dos homens, logo, associa isso às mudanças no seu corpo, relacionados ao aumento das suas coxas e glúteos.

Esse pensamento fica evidente já na primeira frase, na qual a personagem Daiane aparece na narrativa em primeira pessoa, único momento que isso acontece no conto, para afirmar que “É estranho descobrir que seu **corpo** para muitos é um **objeto**” (Pereira, 2020, p. 74, grifos nossos). A personagem toma voz, na primeira frase, diante de um conto, quase que inteiramente escrito em terceira pessoa, para

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.significados.com.br/metanoia/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

estabelecer que o seu corpo feminino e negro será o tema que vai permear toda a narrativa.

As ideologias que circunscrevem o corpo feminino negro são resultado de processos culturais, históricos, econômicos e políticos, que nascem nas sociedades. Bourdieu (2012) assinala que existe uma produção social acerca das diferenças entre homens e mulheres, justificadas no discurso biológico. Esses discursos produzem a violência simbólica, e também pensamentos rígidos acerca do que deve ser um corpo feminino e masculino. Para essas ideologias existiria uma superioridade masculina, cujo corpo feminino é visto como mero objeto de desejo.

Como explica Bourdieu (2012):

Saindo do lar doméstico, encontramos o androcêntrico atravessando, também, a formação do pensamento, nas ciências e na filosofia. A divisão entre os sexos parece estar na ordem social e das coisas, nesse sentido a dominação masculina é tão sofisticada que dispensa justificativas, é como se essa visão de mundo fosse neutra e não tivesse necessidade de explicar-se (Bourdieu, 2012, p. 35).

Ou seja, as ideias que se têm sobre diversas questões do mundo, incluindo o corpo feminino, foram construídas por um único ator social: o homem branco, que detém o poder hegemônico na sociedade. Foi esse ator social que estabeleceu conceitos, estereótipos e representações acerca das pessoas e das coisas.

Devido a isso, o corpo feminino negro é submetido a uma dupla camada de subalternização e dominação: a do racismo e a do sexismo. Essa dinâmica é perceptível ao longo de todo o conto, à medida que a personagem se questiona e começa a tomar consciência da visão masculina sobre seu corpo em desenvolvimento. No fragmento a seguir, essa relação fica evidente: “Não tinha ainda o **corpo** formado de uma **mulher**. Era pequena, não tinha seios, mas tinha pernas grossas e um bumbum que chamava a atenção” (Pereira, 2020, p. 79, grifos nossos). Essa atenção que passa a receber, junto com as questões sobre o amadurecimento que toda mulher e, principalmente, uma adolescente atravessam, são sentimentos relacionados ao amor e ao ódio sobre o próprio corpo, que vão começar a ser sobrepostos por uma única emoção: o medo.

Aquela era uma idade em que se experimentava tantas coisas. Amor e ódio pelo próprio corpo. Medo de engordar. Medo de não ser aceita pelas amigas. E, claro, medo de ser a única a não conseguir um namoradinho. Via de regra, para uma garota negra, esses medos eram quase sempre reais. [...] Ao

completar 15 anos, Daiane havia terminado o ensino fundamental e iniciava um curso técnico que, naquela época, era o auge para a extinta classe média baixa (Pereira, 2020, p. 79).

Em virtude disso, o medo inicia-se de forma mais contundente quando a personagem passa a frequentar uma escola técnica em outra cidade e então precisa começar a frequentar locais públicos por mais tempo. O narrador mostra como todos estavam orgulhosos dela e de como ela é uma garota corajosa, mas que essa:

Coragem que fora desafiada várias vezes, quando, no meio da rua, sentia que um homem a olhava estranho. Sempre procurava caminhar em lugares onde estivesse mais movimentado. Era assustador, por exemplo, cruzar uma ponte e dar de cara com um homem sozinho (Pereira, 2020, p. 79).

No trecho acima, podemos perceber a visão dos homens sobre o corpo feminino negro de uma adolescente. Como bem pontua Bourdieu (2012), há uma naturalização dos estigmas relacionados a alguns tipos de corpos. Ademais, os estigmas relacionados ao corpo feminino negro são muitos, na maioria das vezes, é invisibilizado, e quando entra em evidência, é através da hipersexualização. Sendo assim, ele passa por discriminação, exclusão, exploração, de corpo-objeto a corpo-submissão, mas nunca um corpo respeitado em sua plenitude e seus desejos.

Diante desse cenário, Daiane segue em frente, porque ela colocava o ímpeto de realizar seus sonhos como prioridade, mesmo frente às adversidades e aos obstáculos. Essas violências cotidianas que a personagem suporta ficam explícitas no fragmento a seguir:

Aos poucos, foi ficando mais tranquila. Tinha tantas coisas para pensar, tantos planos e muito que estudar. Apesar de todo o pavor que sentia de andar sozinha em ruas desconhecidas, foi nos ônibus lotados e cercados por pessoas em que fora assediada inúmeras vezes. Como os ônibus estavam sempre cheios e ela sempre de pé, era a desculpa preferida dos homens que viviam encoxando. Mas ela era uma menina. Será que eles não viam isso? (Pereira, 2020, p. 80).

Segundo dados divulgados na pesquisa *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*<sup>4</sup>, realizada pelo DataFolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em março de 2023, o equivalente a 30 milhões de mulheres foram assediadas

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/47-das-brasileiras-indicam-ter-sofrido-assedio-sexual/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

sexualmente no ano de 2022. Isso equivale a dizer que 47% das mulheres, no Brasil, apontam que já sofreram assédio sexual ou importunação sexual. As situações mais frequentes de importunação sexual, relacionadas aos locais públicos, estão entre as chamadas cantadas e os comentários desrespeitosos na rua, que equivalem a 41%, e assédio em transportes públicos, com 13%.

Quando observamos o perfil das mulheres que mais sofrem assédio, a maioria tem idade entre 16 a 24 anos, número esse que corresponde a 76% das vítimas. Em relação a cor, as maiores vítimas são as mulheres negras com 49,1% do que entre as brancas que estão com 42,2%. Outros fatores também influenciam esse cenário, como a questão da escolaridade e da classe social. Esses dados refletem o que acontece na realidade das mulheres negras no país, e o conto representa de forma contundente e por vezes incomoda a violência do dia-a-dia vivida por essas mulheres. No trecho a seguir, podemos observar a reflexão que Daiane realiza acerca das reações frente a esse cenário de violência:

Era deprimente. Não conseguia gritar. Tentava, em vão, se desviar. Nesses tempos, mulheres não denunciavam abusos, não faziam escândalos. Afinal, eram “elas que provocavam, sempre com roupas curtas, coladas transparentes” etc. (Pereira, 2020, p. 81).

Destacamos, que o machismo é um fenômeno que nasce advindo dos sistemas de crenças de que existe uma superioridade masculina em relação a feminina, o que impõe regras e percepções sobre as mulheres que vão desde do seu comportamento a sua vestimenta. Partindo dessa lógica, se uma mulher veste roupas curtas e seu corpo está em destaque, isso constitui-se como uma abertura para que ele seja usado, violentado, já que o corpo feminino só se constitui em si como objeto de desejo masculino, e sendo assim, existe para satisfazer o homem. Todavia, mesmo quando esse corpo não está em evidência ele ainda assim é violentado.

A reação de Daiane é tentar se desviar, já que ela não conseguia gritar, e isso a frustrava. O sistema patriarcal regula até as reações que as mulheres, principalmente, as negras, podem ter em relação à violência que sofrem, e suas atitudes muitas vezes passam pelo total silenciamento até a autoculpabilização. No trecho a seguir, a personagem relata uma das vezes que sofreu importunação sexual em um transporte público e seu sentimento em relação a violência imputada:



Como em um episódio no qual o sujeito a perseguira dentro do ônibus, grudando nela feito carrapato. Ela mudava de lugar e ele ia atrás e grudava novamente, até que Daiane decidiu descer do ônibus, antes de chegar em seu destino. Desceu e foi chorando a caminho de casa. Não contava para ninguém. Tinha vergonha e sentia culpa. Seu corpo era “culpado por tudo aquilo” (Pereira, 2020, p. 81).

Como vimos, as mulheres negras estão entre as que mais sofrem com o racismo e as questões de gênero, devido à tripla discriminação a que são submetidas na sociedade. Diante dessa carga de dominação e opressão, as principais reações da personagem são o choro e a culpa. O primeiro está relacionado à frustração de não poder reagir à violência, enquanto a segunda, como já mencionado anteriormente neste trabalho por Saffioti (2015), decorre do fato de que as mulheres são ensinadas a sentir culpa, mesmo quando não a têm. No sistema patriarcal, a mulher é frequentemente responsabilizada pelas ações dos homens.

Esse tipo de violência sofrida por Daiane em um transporte público é um abuso sexual, do tipo de importunação sexual. O Instituto Patrícia Galvão<sup>5</sup>, no ano de 2019, ouviu 1.081 brasileiras que utilizavam frequentemente o transporte público e 97% delas afirmaram já terem sido vítimas de importunação sexual. De acordo com os dados, esse tipo de violência é bastante comum no país, e as adolescentes e jovens são as maiores vítimas, haja vista que a maioria delas sofreu a primeira violência antes dos 25 anos de idade.

As visões e estereótipos relacionados a seu corpo feminino negro constituem um problema para Daiane. Isso fica evidente no fragmento a seguir: “Depois da descoberta do próprio **corpo** e de como ele poderia ser um **problema**, descobriu que ter um **corpo negro** poderia ser ainda mais **problemático**” (Pereira, 2020, p. 81, grifos nossos). A partir desse fragmento, podemos identificar as consequências da interseccionalidade entre sexismo e racismo que incidem sobre o corpo feminino negro. Quando Daiane percebe que seu corpo é visto como um problema e, por ser negro, é ainda mais alvo de abjeção, tornam-se evidentes os impactos da interseção entre esses dois sistemas de dominação e exploração.

Conforme postula a estudiosa González (1984), a interseção entre essas duas categorias produz efeitos violentos para as mulheres negras, porque elas transitam

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/97-das-mulheres-ja-foram-vitimas-de-assedio-em-meios-de-transporte/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

entre a opressão e a objetificação de seus corpos. No nível simbólico, essa violência, está em ideias pré-concebidas sobre as mulheres negras que remontam do período escravocrata, como a hipersexualização de seus corpos e a subalternidade. Como é através do corpo que nos colocamos no mundo, quando o corpo feminino negro adentra nos espaços, ele já carrega consigo histórias, ideias, sentidos, amarras e pesos que estão presentes na sua constituição, no entendimento do que o mundo tem dele.

Todo esse arcabouço reverbera na forma como as mulheres negras são tratadas na sociedade brasileira. Devido a isso, a violência em relação à mulher negra está presente tanto no campo físico, quanto no simbólico. Corroborando com esse aspecto, Saffioti (1987) afirma que, olhando para:

[...] o caso da mulher negra, cabe salientar que o homem branco construiu o mito da negra ou mulata sensual. Embora nenhuma pesquisa haja demonstrado que a negra ou a mulata seja mais sensual do que a branca, e assim que a mulher de sangue negro é socialmente considerada. Interessa ao homem branco alimentar este mito, pois, por tradição, está habituado a “usar sexualmente” negras ou mulatas. Os meios de comunicação exploram muito este mito. Quando a televisão mostra cenas do carnaval, não procura quase sempre focalizar negras e mulatas? (Saffioti, 1987, p. 53).

É nesse contexto que nasce e se perpetua a ideia de que as mulheres não-brancas têm a “cor do pecado”. Essa dupla violência tanto em relação ao corpo físico como da consciência, a partir da inferiorização da mulher negra, é percebida, novamente, no fragmento destacado a seguir:

É estranho viver num mundo onde, em algum momento, alguém esclarece que você é negra portanto: não pode ter um “emprego de branco”; não pode ser dona do próprio negócio; não pode ingressar em uma faculdade; não pode ser modelo; não pode ter um “namorado branco”, não pode ser atriz; não pode ser escritora, médica e arquiteta (Pereira, 2020, p. 82).

Além disso, observamos nesse trecho o retrato das ideias que Cida Bento (2022) disserta no seu livro *O pacto da branquitude*, como a de que existe um pacto narcísico entre os brancos, que é o de manter o silêncio sobre os privilégios da branquitude, mecanismo esse que remonta ao passado escravocrata do país, e que preservou e preserva, através de gerações, lugares de poder para as pessoas brancas.

Assim entendemos que, quando a personagem diz que não pode ter um emprego de branco, é porque aquela vaga que ela pretende alcançar passa por um crivo feito por pessoas brancas, que só aceitam no seu local de trabalho seus iguais, mesmo que Daiane tenha qualificação para o cargo. Ou seja, há um contrato racial subtendido que diz que determinados empregos, carreiras, lugares, atitudes, ambições, relacionamentos e projetos de vida não são acessíveis a ela, devido à sua cor.

Essa ideia do “lugar de negro”, temática bastante discutida por Leila González, fica bem explícita no trecho do conto a seguir, quando Daiane fala que “Seu **caminho** fora traçado quando seus **ancestrais** receberam ‘**liberdade para ser um escravo**’” (Pereira, 2020, p. 82, grifos nossos). A utilização das palavras “liberdade” e “escravo” em uma mesma frase, numa primeira camada, pode demonstrar contradição, mas na verdade sugere uma reafirmação dos desígnios dos negros no Brasil, que mesmo com o fim da escravidão, teriam como única opção um lugar de subalternidade, de precarização. Isso caracteriza-se como um tipo de violência simbólica, um poder que parte da esfera do simbólico, produto do racismo estrutural, que visa manter os privilégios dos brancos e, conseqüentemente, todo tipo de violência contra as pessoas negras.

Acerca do esforço que Daiane emprega na busca de um estágio, é retratado no fragmento a seguir, quando a personagem, mesmo com qualificação, enfrenta um longo caminho para conseguir uma colocação no mercado de trabalho: “Daiane passou por dezenas de escritórios grandes e pequenos. Demorou mais de um ano para conseguir um estágio e finalmente conseguir terminar o curso técnico, que, àquela altura, tinha virado um pesadelo” (Pereira, 2020, p. 82). No trecho, podemos observar que o curso técnico para a personagem tinha virado um pesadelo devido às violências que seu corpo enfrentava todos os dias nos espaços públicos e privados.

Por exemplo, no excerto a seguir, é retratado um episódio em que a personagem Daiane procura uma vaga de estágio e é vítima de assédio sexual: “Em uma das entrevistas, com um senhor de meia-idade, que, sem dúvida, podia ser seu pai – tirando o fato de que era branco e supostamente bem-sucedido –, ficou mais de uma hora sendo assediada e ouvindo todo tipo de cantada e flerte” (Pereira, 2020, p. 82). Vale frisar que a principal diferença entre o assédio e importunação é que no primeiro tipo de abuso sexual, a ação é praticada em um ambiente profissional, realizado dentro de uma relação de superioridade, por exemplo, de um chefe para

com uma funcionária. Já no segundo, a violência pode ser realizada em qualquer ambiente, e também se refere a uma abordagem física ou verbal não consentida.

Analisamos que, nesse fragmento, o entrevistador de Daiane utilizou-se de sua situação de poder social, econômico e simbólico para obter favores sexuais. Como bem pontua Saffioti:

[...] as trabalhadoras são, muitas vezes, obrigadas a prestar serviços de caráter sexual ao patrão, a fim de preservar seu emprego. Não se pense que este procedimento é exclusivo de patrões que dominam operárias, enfim, mulheres de baixo grau de escolaridade. Está presente em todos os ambientes de trabalho, inclusive na Universidade. Não se pense tampouco que esta conduta é típica de países subdesenvolvidos. Ela é frequente também em nações altamente industrializadas (Saffioti, 1987, p. 17).

Como exposto na citação acima, o abuso sexual pode acontecer em vários locais, no âmbito privado ao público. Isso ocorre porque estamos imersos no sistema patriarcal, que dita regras e normas de comportamentos de homens e mulheres com base em relações de poder e na instrumentalização da violência. Vale ressaltar a importância que movimentos feministas têm ao denunciar casos de assédios e importunação em vários setores da sociedade ocorridos com as mulheres. Movimentos como o *Mee Too*, que começaram na internet, com *hashtags* denunciando casos de assédios, principalmente no ambiente de trabalho, fizeram repercutir vários casos de abuso sexual, ocorridos em pequenas empresas até a grande indústria do cinema.

Como podemos observar, a partir dos fragmentos transcritos durante toda a análise do conto, as violências apresentadas na narrativa partem de um lugar de dominação e da existência de uma naturalização da violência contra a mulher negra. Essa visão racista e sexista repercute nos dados que analisam as dinâmicas das violências no país. O Sistema de Informação sobre Mortalidade<sup>6</sup> (SIM) indica que entre as 3.373 mulheres assassinadas em 2022, cujas informações de raça e cor foram registradas, 67% eram negras (2.276). Em resumo, na pirâmide do poder e na “ordem das bicadas”, a mulher negra ocupa a última posição.

Quanto à reação da personagem diante das violências sofridas, Daiane demonstra resiliência. Ser resiliente significa superar e se recuperar das adversidades. Apesar de ter consciência das particularidades de sua vivência e da

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/dados-abertos/sim/>. Acesso em: 07 dez. 2024.

maneira como o mundo a percebe, ela sabe que não pode escapar dessa realidade. Ainda assim, decide enfrentar os preconceitos com coragem. Sua resistência, portanto, manifesta-se na busca por qualificação profissional e por uma vaga de trabalho, mesmo em meio à violência que enfrenta diariamente.

Isso fica explícito quando o narrador finaliza o conto dizendo que: “A vida de Daiane estava só começando” (Pereira, 2020, p. 82). Ou seja, o narrador sabe que a jornada de Daiane como mulher negra poderá ainda trazer todo tipo de violência e infortúnios para sua vida.

Concordamos que, no conto “Meritocracia”, Daiane é retratada com uma mulher negra, que vive em uma sociedade machista, misógina, racista e elitista. Devido a isso, ela parte de um lugar social que sabe que deve empreender muito mais empenho para chegar em seus objetivos. E que devido a toda essa estrutura social em que vive, ela sofre as consequências disso todos os dias.

Vale salientar que o título do conto é, por fim, uma ironia. Ao analisarmos a trajetória de Daiane, percebemos que a personagem não conquista nada por meio da meritocracia, apesar de seus esforços e dedicação. Sua qualificação não é levada em conta; o que pesa são as ideias pré-concebidas sobre sua cor e seu gênero. O que ela recebe, em vez de reconhecimento, é mais violência e adversidades.

Para fins de esclarecimento, a meritocracia é um sistema social de seleção cujas diretrizes se baseiam nos méritos individuais. Isso significa que, segundo essa ideologia, o esforço pessoal seria suficiente para alcançar objetivos. No entanto, em um contexto profundamente desigual como o do Brasil, essa noção se revela uma falácia, funcionando, na prática, como um mecanismo que perpetua as desigualdades sociais.

Em síntese, o conto representa a interseção entre diversos sistemas de dominação e exploração, evidenciando suas consequências no cotidiano das mulheres negras no Brasil. Questões de gênero, classe e raça estão entrelaçadas na narrativa, que expõe essa dinâmica por meio da perspectiva da interseccionalidade.

Destarte, nos contos “Metanoia” e “Meritocracia”, temos um tema em comum que é a violência de gênero. O que a autora Elisa Pereira faz nos dois contos é uma descida ao cotidiano das mulheres no Brasil, negras e não-negras. Ela conta duas histórias de violência que acontecem, como vimos nas estatísticas apresentadas durante o trabalho, com muitas mulheres no país, e faz isso através de uma escrita que mistura prosa e poesia, com títulos que ora nos apresenta o desfecho da história,

e que ora nos faz refletir sobre como as capacidades intelectuais e laborais de uma mulher negra são vistas como secundárias, frente a construções sociais errôneas, limitadas e maldosas sobre seus corpos e suas subjetividades.

No que diz respeito às diferenças entre os dois contos, “Metanoia” apresenta um retrato da violência doméstica e familiar contra a mulher, perpetrada por um parceiro íntimo da vítima. Esse tipo de violência é, atualmente, o crime mais comum praticado contra mulheres no Brasil. Tanto nos noticiários quanto nos dados estatísticos, observa-se a dimensão epidêmica desse fenômeno. Essa realidade está diretamente relacionada ao sistema patriarcal em que vivemos, que impõe normas sociais, práticas, expectativas e significados assimétricos aos gêneros. Como bem pontua Saffioti (1995, p. 03): “Isto equivale a dizer que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas por mulheres”.

No conto “Meritocracia”, é possível perceber de maneira mais clara como a vivência da autora, enquanto adolescente negra, é refletida na narrativa, permitindo uma compreensão profunda sobre a experiência de um corpo negro feminino na sociedade. Isto é, a personagem Daiane representa muitas garotas negras que todos os dias passam por situações de assédio e de importunação sexual, porque seus corpos são vistos como objetos sexuais. Por essa razão, elas são submetidas a diferentes formas de violência psicológica, física e simbólica. Essas práticas violentas remontam ao período escravocrata, que perdurou por 338 anos no Brasil, durante o qual os corpos das mulheres negras foram escravizados e violados.

No sentido mais geral, podemos elencar dois pontos importantes sobre os contos: o primeiro é como eles demonstram o caráter endêmico da violência de gênero, e de como esse fenômeno social desconhece qualquer fronteira e qualquer ambiente, idade:

de classes sociais, de tipos de culturas, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar – no espaço público como no privado – e ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres e por parte de estranhos ou parentes/conhecidos, especialmente destes últimos (Saffioti; Almeida, 1995, p. 08).

No conto “Metanoia”, observamos uma mulher casada sofrer violência em uma relação conjugal, no seu espaço privado. E no “Meritocracia”, observamos uma adolescente suportar todo tipo de violência, em espaços públicos e também em um ambiente corporativo.

O segundo ponto é a influência que a escritora Conceição Evaristo tem nos escritos de Elisa Pereira. Podemos perceber isso quando visualizamos características de alguns elementos que compõem a escrevivência, como a questão do corpo, condição e a experiência. Para Oliveira:

O primeiro elemento reporta à dimensão subjetiva do existir negro, arquivado na pele e na luta constante por afirmação e reversão de estereótipos. A representação do corpo funciona como ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere. O segundo elemento, a condição, aponta para um processo enunciativo fraterno e compreensivo com as várias personagens que povoam a obra. A experiência, por sua vez, funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e poder de persuasão à narrativa (Oliveira, 2009, p. 622).

Os três elementos estão presentes de forma bem contundente na narrativa do conto “Meritocracia”, no qual Elisa Pereira consegue estabelecer uma conexão entre o corpo negro feminino e a diáspora negra, explorando as cargas de memória, significados e estereótipos que se entrelaçam nesse corpo. Além disso, ela mostra como as violências sofridas pela personagem ao longo de todo o conto são frutos da intersecção das desigualdades de gênero, raça e classe social.

Em “Metanoia”, é destacada a condição feminina dentro de um casamento, cuja principal função é gerar filhos. Quando essa função não é cumprida, é possível perceber uma carga simbólica relacionada à reprodução feminina ao longo de todo o conto. A própria relação de Suelen com a maternidade é o que a leva a abandonar o casamento abusivo. Dessa forma, ao retratar esse tipo de violência, Elisa Pereira leva em consideração seu próprio gênero, ou seja, sua realidade como mulher no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura tem um papel crucial na questão da conscientização e na formação de cidadãos mais críticos perante a sociedade. Ela é importante porque pode contribuir para que as pessoas desenvolvam senso crítico e reflitam sobre os problemas do mundo. Sendo assim, é necessário que existam obras que discutam temas que estão na ordem do momento, que causem choque, que representem e mostrem as vivências de vários corpos dentro da sociedade, e de como eles caminham no mundo e pelo que perpassam.

Através de um forte tom de denúncia e engajamento social, a escritora afro-brasileira Elisa Pereira nos faz refletir acerca das condições de várias Sulens e Daianes, que apesar de muitas conquistas sociais, ainda sofrem com violências como: a física, a psicológica, a simbólica, o assédio e importunação sexual. São mulheres que estão na margem da sociedade, e que sofrem todos os dias com essas violências.

Durante o presente estudo, buscamos apontar a contribuição que a literatura de autoria feminina negra tem na abordagem da temática da violência de gênero na literatura contemporânea, e de como elas parecem apontar para uma escrita que traça um panorama mais extenso da violência praticada contra as mulheres no país. Desse modo, ela busca representar com mais nuances e pluralidade as questões de violência sofridas tanto por mulheres negras, como não-negras.

Em “Metanoia”, a violência de gênero é retratada através da história de Suelen, que sofre violência doméstica e familiar perpetrada por seu marido Marcos. A narrativa mostra a escalada da violência, começando com agressões verbais e psicológicas, culminando em violência física. Suelen, inicialmente resignada e culpando-se pela violência, eventualmente encontra a força para deixar o relacionamento abusivo, simbolizando uma transformação essencial de pensamento e caráter.

Em “Meritocracia”, a violência de gênero é representada na vida de Daiane, uma adolescente negra que enfrenta assédio e importunação sexual em espaços públicos e no ambiente de trabalho. A narrativa destaca a interseccionalidade entre racismo e sexismo, mostrando como o corpo feminino negro é hipersexualizado e objetificado. Daiane lida com a violência de forma resiliente, apesar das adversidades e discriminações que enfrenta.



Em ambos os contos, Elisa Pereira adota uma escrita crua para representar a violência de gênero, destacando a realidade cotidiana de muitas mulheres e adolescentes no Brasil. Seu objetivo é sensibilizar e conscientizar os leitores sobre a gravidade e a complexidade desse fenômeno social. Assim, inspirada por Conceição Evaristo, Elisa Pereira aborda a questão da mulher na contemporaneidade de maneira impactante, provocando reflexão para que nossa percepção não seja automatizada diante dos acontecimentos violentos do cotidiano.

Diante dessa situação, é fundamental implementar estratégias que combatam essas formas de violência. Isso não deve se restringir apenas à punição dos agressores por meio do sistema jurídico, mas também requer uma abordagem mais ampla. Considerando que a violência possui raízes históricas, culturais e sociais profundas, é imprescindível desenvolver iniciativas voltadas para sensibilização e conscientização da sociedade sobre essa temática. O objetivo dessas ações deve ser criar um ambiente igualitário e seguro para todos os indivíduos, independentemente de seu gênero ou sexo, no qual suas capacidades possam ser plenamente exploradas. Nesse contexto, a literatura emerge como uma valiosa ferramenta de transformação social. Ela instiga reflexões significativas acerca das questões sociais, políticas e culturais contemporâneas, incluindo o importante tema da violência baseada em gênero.

Portanto, é de extrema importância que, no contexto acadêmico, sejam desenvolvidos e divulgados trabalhos que abordem temas relevantes para a sociedade, especialmente aqueles que podem ser discutidos em contextos escolares. Esses trabalhos têm como objetivo contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes sobre o grave problema da violência de gênero na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

BRASIL. Lei nº. 10.224, de 15 de maio de 2001. *Assédio sexual*. Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10224.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm). Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº. 13.718, de 24 de setembro de 2018. *Importunação sexual*. Tipifica o crime de importunação sexual e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm). Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.973. de 1 de agosto de 1996. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm). Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 12 jun. 2024.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 7, dez., 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/12201/8846>. Acesso em: 17 set. 2024.

BOSI, Alfredo. Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo. In: BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2015. p. 07-24.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 11. ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARDOSO, Zelia de Almeida. A representação da realidade na obra literária. *Língua e Literatura*, São Paulo, Brasil, v. 14, p. 161-167, 1985. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/113970>. Acesso em: 6 out. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Sobre a Violência*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CIDA, Bento. *O Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 01, p. 171-188, 2002. Disponível em: [https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod\\_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf](https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf). Acesso em: 18 set. 2024.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Vinhedo: Horizonte, 2012.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Constância Lima *et al.* *Falas do outro: literatura, gênero, identidade*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 229-234.

DUTRA, Paula Queiroz. *Entre a dor e o silêncio: a violência contra a mulher em romances contemporâneos*. 2019. Tese (Doutorado em Literatura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia* [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2017. (Coleção ensaios e letras). Edição do Kindle.

GOMES, Carlos Magno. Marcas da violência contra a mulher na literatura. *Revista Diadorim – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 13, jul., 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3981>. Acesso em: 22 mar. 2024.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Hist. cienc. saude.*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, nov., 1998.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. Contando histórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 22, v.1, n. 416, p. 195-214, jan.-abr., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/svXy4M9mbjHxRcWSL4FLVbK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

OLIVEIRA, Dileane Fagundes de; ALÓS, Anselmo Peres. Crítica literária feminista: um projeto em contínua construção. *Jangada*, v. 11, n. 1, p. 01-11, maio-out., 2023.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. "Escrivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 621-623, maio/ago., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/X8t3QSJM5dMTjPTMJhLtwgc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PEREIRA, Elisa. *Sem Fantasia*. Belo Horizonte: Editora Venas Abiertas, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, v. 16, p.115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, v. 2, Rio de Janeiro, p. 443-461, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Produção literária feminina: um caso de literatura marginal. *Revista Antares: Letras e Humanidades*. Rio Grande do Sul, v. 6, p. 183-195, 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/3059>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Ozana. *Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2009a. p. 161-183.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Ozana. *Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2009b. p. 253-261.